

SAULO OLIVEIRA MENEGUITE

**COOPERATIVA AGROPECUÁRIA SÃO GABRIEL
DO OESTE - COOASGO: PRÁTICAS
COOPERATIVAS EM DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Bolsista - CAPES

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL –
MESTRADO/DOUTORADO
CAMPO GRANDE-MS
2018

SAULO OLIVEIRA MENEGUITE

**COOPERATIVA AGROPECUÁRIA SÃO GABRIEL
DO OESTE - COOASGO: PRÁTICAS
COOPERATIVAS EM DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Exame de qualificação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção ao Título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Cleonice Alexandre Le Bourlegat.

Linha de Pesquisa 2: Políticas Públicas e Dinâmicas de Inovação em Desenvolvimento Territorial

Bolsista - CAPES

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL –
MESTRADO/DOUTORADO
CAMPO GRANDE-MS
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

M541c Meneguite, Saulo Oliveira

Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste – COOASGO:
práticas cooperativas em Desenvolvimento Local / Saulo Oliveira
Meneguite; orientadora Cleonice Alexandre Le Bourlegat. 2018.
78 f. + anexos.

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2018.

1. Cooperativismo agropecuária. 2. Cooperativas 3. Desenvolvimento
regional I. Le Bourlegat, Cleonice Alexandre II. Título

CDD – 334.098171

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste – COOASGO: práticas cooperativas em desenvolvimento local”.

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Dinâmicas de Inovação em Desenvolvimento Territorial

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 14/06/2018

BANCA EXAMINADORA


Profª Drª Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Universidade Católica Dom Bosco


Profª Drª Maria Augusta de Castilho
Universidade Católica Dom Bosco


Prof. Dr. Mateus de Carvalho Reis Neves

Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

O objetivo geral da pesquisa foi avaliar a Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste – COOASGO, no contexto do território municipal de São Gabriel do Oeste/MS, como se revelam as condições e a forma de atuação dos cooperados na busca do sucesso econômico e do desenvolvimento sustentável de sua comunidade, num processo de desenvolvimento local. Para a pesquisa, adotou-se o método hipotético-dedutivo e abordagem sistêmica, mediante pesquisa de natureza exploratória. A consulta bibliográfica, documental e estatística, foi associada à coleta de dados em campo, por meio de observação participante e aplicação de questionários aos membros da COOASGO. A pesquisa permitiu verificar que a criação da cooperativa possibilitou uma forma de protagonismo dos agricultores, diante de uma situação de dificuldade vivida há cerca de três décadas. No entanto, essa prática cooperativa sofreu fortes avanços e vem permitindo, não somente maiores oportunidades de renda aos cooperados da COOASGO, como também tem favorecido o maior envolvimento da cooperativa com seu cooperado e com a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de São Gabriel do Oeste/MS, seja na dimensão econômica, social e ambiental. São apresentados vários indicadores desse processo de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Cooperativismo agropecuário, cooperativas, desenvolvimento local.

ABSTRACT

The general objective of this research was to evaluate the Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste – COOASGO, in the context of the municipal territory of São Gabriel do Oeste/MS, as are the conditions and the manner of operation of the cooperative members in the pursuit of economic success and the sustainable development of your community at a local development process. For research, the hypothetical-deductive method and systemic approach, through exploratory research. Bibliographic Query, statistical, documentary and was associated with the field data collection, through participant observation and application of questionnaires to members of COOASGO. Research has shown that the establishment of the cooperative enabled a form of involvement of farmers, faced with a difficulty experienced for about three decades. However, this practice cooperative experienced advances and comes not only allowing greater income opportunities to the members of the COOASGO, but also has favored the greater involvement of the cooperative with your cooperation and with the community, contributing to the sustainable development of São Gabriel do Oeste/MS, whether in the economic, social and environmental dimension. Various indicators are presented in this process of local development.

Key words: Agricultural cooperatives, cooperatives, local development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Município de São Gabriel do Oeste.....	29
Figura 2 – Sede da cooperativa COOASGO.....	37
Figura 3 – Unidade produtora de leitão (UPL I).....	38
Figura 4 – Unidade de recria de leitões – Crechário (UPL III).....	38
Figura 5 – Estrutura de alojamento de bovinos da COOASGO.....	39
Figura 6 – Fábricas de ração da COOASGO.....	40
Figura 7 – Veterinária e loja agropecuária COOASGO.....	41
Figura 8 – Reflorestamento na unidade UPL I.....	63
Figura 9 – Reflorestamento na unidade UPL III.....	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quadro social da COOASGO.....	45
Gráfico 2 – Quadro funcional da COOASGO.....	47
Gráfico 3 – Rebanho de suínos.....	48
Gráfico 4 – Alojamento de Leitões.....	49
Gráfico 5 – Produção de milho.....	50
Gráfico 6 – Produção de soja.....	51
Gráfico 7 – Produção fábrica de ração.....	52
Gráfico 8 – Capacitação aos colaboradores da COOASGO.....	57

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	01
2	REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	04
2.1	Cooperativismo	04
2.2	Princípios do Cooperativismo.....	06
2.3	Desenvolvimento Local.....	08
2.4	Correlações entre os princípios do cooperativismo e os do Desenvolvimento Local.....	12
2.4.1	Cooperação e comunidade.....	12
2.4.2	Educação e formação.....	15
2.5	Metodologia da pesquisa: métodos e procedimentos metodológicos	16
2.5.1	Métodos e natureza da pesquisa.....	16
2.5.2	Procedimentos da pesquisa.....	17
3	COOPERATIVISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	20
3.1	Origens do cooperativismo no Brasil.....	20
3.1.1	Cooperativismo na Primeira República.....	21
3.1.2	Cooperativismo na República Nova.....	22
3.1.3	Cooperativismo durante os governos militares.....	23
3.1.4	Cooperativismo nas mudanças estruturais oriundas da crise do comércio internacional entre 1985 – 1995.....	27
3.1.5	Cooperativismo agropecuário e sua manifestação em Mato Grosso do Sul.....	27
3.2	Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste – COOASGO no contexto histórico do município.....	28
3.2.1	São Gabriel do Oeste: uma cidade previamente planejada para a cafeicultura.....	29
3.2.2	Expansão da agricultura de soja em São Gabriel do Oeste no período de 1970 – 1985.....	30
3.2.3	São Gabriel do Oeste durante a crise do mercado internacional da soja (1985 -1990).....	32
3.2.4	Constituição da Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste – COOASGO.....	33
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	36

4.1 São Gabriel do Oeste fruto do protagonismo produzido na cooperativa COOASGO	36
4.1.1 Origem da cooperativa COOASGO no contexto territorial de São Gabriel do Oeste.....	43
4.1.2 Evolução do quadro social (cooperados) da COOASGO.....	44
4.1.3 COOASGO na visão dos seus cooperados.....	45
4.2 Ações desenvolvidas da cooperativa COOASGO.....	46
4.2.1 Atividade econômica e comercial da cooperativa COOASGO.....	47
4.3 Os princípios cooperativos: Educação, formação e informação e Interesse pela comunidade no Desenvolvimento Local.....	54
4.3.1 Dinamismo da COOASGO por meio da educação, formação e informação.....	54
4.3.2 Dinamismo da COOASGO por meio do interesse pela comunidade.....	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	69
APÊNDICE.....	74
ANEXOS.....	75

1 - INTRODUÇÃO

O município de São Gabriel do Oeste, localizado no Estado de Mato Grosso do Sul, destaca-se por ser um dos municípios mais importantes na produção agropecuária do Estado, que conseguiu atrair um significativo afluxo de agricultores paranaenses, catarinenses e gaúchos, desde 1970, para desenvolver a agricultura por meio da cafeicultura. Uma inesperada geada, ocorrida em 1975, frustrou o cultivo de café e conduziu os moradores a optarem pelo cultivo de soja e milho já em 1977 e, mais tarde pela suinocultura associada ao cultivo de milho para ração. A pequena Vila de São Gabriel, em 1976, foi elevada à categoria de Distrito do Município de Camapuã, pela Lei Estadual nº 3.781 (SANTOS, 2010) e quatro anos depois, já se tornou município. Em 2017, sua população estimada pelo IBGE (2018) era de 25.898 pessoas.

A vinculação da suinocultura com a agroindústria acabou por induzir um grupo de agricultores locais, a fundar a Cooperativa Agropecuária de São Gabriel do Oeste - COOASGO, em 1993 e que em 1996, atraiu a cooperativa Central Aurora Alimentos. Desse modo, o município de São Gabriel do Oeste, além da produção de soja e milho, passou se destacar dentro do estado como primeiro produtor de carne suína. O município também tem sido reconhecido pelo conjunto de soluções inteligentes de sustentabilidade no agronegócio. Em 2015, já se destacava em Mato Grosso do Sul pelo produto interno bruto (18º lugar) e renda *per capita* (8º lugar). Também já em 2010, estava o município com o IDH em alta (0,729 em 2010).

Chama atenção no território de São Gabriel do Oeste a iniciativa cooperativista, que envolve grande parte desses produtores agrícolas vinculados à agroindústria, praticada na Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste – COOASGO. Conforme edital da Assembleia Geral de 2018, ela conta com 436 cooperados, tendo encerrado o ano de 2017 com 218 funcionários. O cooperativismo da COOASGO é voltado ao mercado, com objetivo principal de prestar serviços aos seus cooperados, via comercialização de seus produtos, por meio da doutrina cooperativista, visto como um modelo socioeconômico. Sua educação

cooperativa baseia-se na doutrina defendida por Charles Gide, reconhecido por ser “um dos principais sistematizadores da doutrina cooperativista”.

Desse modo, a Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste – COOASGO foi selecionada como objeto da pesquisa, levando-se em conta os princípios do cooperativismo e as práticas cooperativas analisadas e interpretadas no enfoque do desenvolvimento local.

A pergunta que norteou a pesquisa foi: “A Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste – COOASGO vem contribuindo ao protagonismo dos atores no processo de desenvolvimento local”?

O objeto de estudo foi a Cooperativa Agropecuária de São Gabriel do Oeste - COOASGO e os sujeitos do estudo são os cooperados, vistos no contexto do município de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul.

A hipótese foi baseada nos princípios da doutrina cooperativista que, em inicialmente, induzem os integrantes da COOASGO às práticas de integração nos processos produtivos e de comercialização. Parte-se da hipótese que tais práticas constituem um dos condicionantes internos que concorrem para impulsionar o desenvolvimento local. Nesse processo, contribui o protagonismo coletivo de cooperação entre seus integrantes, com potencial para proporcionar maiores oportunidades de ampliação à renda de seus cooperados e, por decorrência, do aumento dos empregos diretos e indiretos no município de São Gabriel do Oeste, somado a um maior envolvimento social da cooperativa com seu cooperado e com a comunidade onde atua.

O objetivo geral da pesquisa foi o de avaliar a Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste – COOASGO, no contexto do território municipal de São Gabriel do Oeste/MS, como se revelam as condições e a forma de atuação dos cooperados, na busca do sucesso econômico e do desenvolvimento sustentável de sua comunidade, num processo de desenvolvimento local.

Desse modo, foram estipulados três objetivos específicos: (1) verificar como se deu a origem da cooperativa no contexto do cooperativismo brasileiro e, particularmente do município de São Gabriel

do Oeste, em Mato Grosso do Sul; (2) descrever as ações desenvolvidas pela cooperativa, de modo a vislumbrar como o movimento cooperativo dos integrantes da COOASGO tem contribuído para o dinamismo e os processos de inovação na produção, organização e comercialização dos produtos; (3) identificar como o dinamismo da COOASGO tem se feito traduzir em melhoria das condições de vida e bem estar da comunidade cooperativa e do ambiente no Município.

O trabalho foi estruturado nos seguintes itens: o primeiro item traz o referencial teórico e metodológico eleitos para a realização da pesquisa. No segundo foi apresentada a origem da COOASGO no contexto do cooperativismo brasileiro e do município de Mato Grosso do Sul, apresentando suas principais características. No terceiro e último destacam-se à discussão dos resultados relacionados ao dinamismo e inovações na produção, organização e comercialização da cooperativa, assim como os reflexos desse dinamismo nas condições de vida e bem estar da comunidade cooperativa. A seguir encontram-se as referências, o apêndice e anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

O cooperativismo é visto como uma doutrina socioeconômica e seus princípios apresentam algumas correlações com o conceito de desenvolvimento local. Desse modo, nessa seção partiu-se da compreensão a respeito do conceito e princípios do cooperativismo, para se buscar as possíveis correlações com o conceito de desenvolvimento local, também se busca apresentar o método e metodologia selecionados para se proceder à pesquisa.

2.1 Cooperativismo

O cooperativismo, segundo Reis Júnior (2006), teve vários precursores utópicos, entre eles, o inglês Robert Owen (1772– 1858), considerado o “pai do cooperativismo” por ter nascido de suas ideias a cooperativa de Rochdale.

Conforme corrobora Pinho (1966), a doutrina cooperativista surgiu durante a metade do século XIX, na tentativa de conduzir iniciativas destinadas a se contrapor às práticas inspiradas na doutrina liberal e de natureza individualista da revolução Industrial, carregadas de injustiças sociais e de malefícios ao ambiente econômico. Havia um convencimento dos defensores dessa doutrina, de que a união dos esforços com objetivos afins deveriam permitir um caminho para conduzir com maior sucesso a realização dos projetos da sociedade.

Mas a doutrina cooperativista acabou se concretizando oficialmente em 1844, conforme registra Reis Júnior (2006), com a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros *Rochdale – a Rochdale Society of Equitable Pioneers* – em Manchester, Inglaterra, por iniciativa de 28 trabalhadores da indústria têxtil, inspirada nas ideias de Robert Owen.

Os integrantes dessa iniciativa defendiam o estímulo à livre empresa empreendida com justiça social, valorização do trabalho e viabilização dos pequenos empreendimentos. Desse modo, em uma cooperativa, todo associado teria direito ao voto, sem que isso dependesse de sua participação acionária na organização. O êxito de

Rochdale favoreceu a grande expansão do cooperativismo, da Grã-bretanha para outros países. Em 1881, a cooperativa já contava com 547 mil associados e em 1900 já eram 1,707 milhão (SINGER, 2002). Desse modo, conforme bem lembra Gide (1974, p. 27), a cooperativa emergiu da “prática da vida e das necessidades da classe operária”.

Em 1895, após várias experiências cooperativistas bem sucedidas em vários países, foi criada em Londres, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), por iniciativa de líderes ingleses, franceses e alemães (SCHNEIDER, 1999). Tornou-se a entidade responsável para representar e prestar apoio a todas as cooperativas e suas correspondentes organizações, com a função de defender e preservar o legado dos princípios cooperativistas de Rochdale.

Em 1946, a Aliança Cooperativa Internacional ganhou assento no Conselho da Organização das Nações Unidas-ONU, para defender o movimento cooperativista. Atualmente, essa organização tem sede em Bruxelas, na Bélgica e está presente também na América, Ásia e África.

Mesmo diante de diversas adaptações sofridas pela doutrina cooperativista, em diferentes épocas, os princípios de Rochdale nunca envelheceram, tendo sido mantida a essência do que foi pregado desde suas origens, de modo que essa doutrina ainda representa a esperança para muitos que vivenciam a civilização atual (LAMBERT, 1975).

De acordo com Pinho (1966, p.44) a cooperação “é uma forma de interação social e pode ser entendida como ação conjugada de indivíduos que procuram alcançar os mesmos objetivos”. Já as cooperativas seriam para ela, “sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só suprir seus membros de bens e serviços, como também a realizar determinados programas educativos e sociais”.

Por fim, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), define que a organização cooperativa consiste em uma associação de pessoas que se voltam para a promoção da melhoria econômica e social de seus membros, por meio de uma empresa baseada no auxílio mútuo, que segue os princípios de Rochdale (SCHNEIDER, 1999).

2.2 Princípios do Cooperativismo

Em 1885, com os Probos Pioneiros de Rochdale, segundo (CARRADORE, 2005), foram estabelecidos os sete princípios fundamentais do cooperativismo, quais sejam: (1) adesão livre; (2) administração democrática; (3) devolução do excedente ou retorno na proporção das compras; (4) juros limitados ao capital; (5) neutralidade política e religiosa; (6) vendas a dinheiro e à vista; (7) fomento à educação cooperativista.

O movimento cooperativo que se expandiu pelo mundo, ao longo do tempo, diante de novas dinâmicas e novos tipos de cooperativismo, ainda passou por algumas revisões, sofrendo alterações e atualizações, embora sem perder a linha norteadora dos princípios cooperativos de Rochdale de 1844. A última revisão ocorreu no Congresso da ACI realizado em 1995, em Manchester, Inglaterra, resultando nos princípios que permanecem em vigor até a presente data (IRION, 1997).

De acordo com (CANÇADO E GONTIJO, 2004, p.4)

as alterações e atualizações ocorreram especificamente nos congressos da Aliança Internacional em Paris, de 1937 realizado em Praga, de 1948 realizado em Viena, de 1966 realizado em Tóquio e de 1995 realizado em Manchester.

Dentre os reajustes sofridos nos congressos coordenados pela Aliança Cooperativa Internacional - ACI merece destaque o de 1966, o 23º Congresso da ACI, realizado em Viena, quando foram estipulados os principais fundamentos do cooperativismo: voluntariedade, democracia, juros limitados ao capital, retorno cooperativo, fomento da educação e colaboração entre as cooperativas (FRANKE, 1988).

Os princípios definidos em 1995, no 31º Congresso da ACI que permanecem até a presente data são um pouco mais detalhados no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Princípios e Valores do Cooperativismo definidos em 1995.

1 – Adesão voluntária e livre Valor: Igualdade	As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações sexuais, sociais, raciais, políticas e religiosas.
2- Gestão democrática e livre Valor: Democracia	Elas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação dos seus políticos e na tomada de decisões.
3- Participação econômica dos membros Valor: Equidade	Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão.
4- Autonomia e independência Valor: Honestidade	As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros.
5- Educação, formação e informação Valor: Transparência	Elas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.
6- Inter cooperação Valor: Solidariedade	As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
7- Interesse pela comunidade Valor: Responsabilidade Social	Elas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos seus membros.

Fonte: Cruzio (2002), adaptado por Saulo Meneguite/2018

Pode-se observar entre os princípios prevalentes desde 1995 (Quadro 1), que no primeiro princípio, da adesão livre, prega-se a ideia de uma organização aberta a todos, pautada pelo princípio da igualdade. O segundo princípio, por seu turno baseia-se em uma administração democrática, de modo a permitir que qualquer dos membros possa participar ativamente dela. No terceiro princípio, parte-se do pressuposto de que o capital da cooperativa é uma propriedade comum, mediante

contribuição equitativa. O quarto princípio garante a autonomia da cooperativa, por se tratar de uma organização mantida por meio de ajuda mútua. O quinto princípio prega a educação cooperativa de seus membros, para que esses possam contribuir de forma eficaz com a organização. Pelo sexto princípio tenta-se garantir o trabalho conjunto entre diferentes cooperativas. Finalmente, o sétimo princípio prega o desenvolvimento sustentável da comunidade cooperativa, por dela própria.

A evolução dos princípios cooperativistas foi acompanhada ao longo do tempo por consultas e discussões promovidas pela ACI entre teóricos do cooperativismo, dirigentes de cooperativas e representantes das organizações cooperativas locais havendo sempre muito debate antes de qualquer mudança (CANÇADO, 2005).

Salienta-se que o quinto e sétimo princípios cooperativistas evocam a temática do desenvolvimento local, a seguir será apresentada a correlação entre estes na cooperativa COOASGO, objeto de estudo.

2.3 Desenvolvimento Local

O conceito de “desenvolvimento local” foi emergindo a partir dos anos 70 do século XX, durante plena fase de crise do capitalismo mundial, quando se observou que algumas comunidades que empreendiam com pequenas e médias empresas do Norte da Itália conseguiam se manter dinâmicas. Essa particularidade do dinamismo, quando as grandes multinacionais se encontravam em plena crise, atraiu pesquisadores, como o cientista político norte-americano Robert Putnan (2002), que realizou uma comparação entre essas comunidades, que se situavam em regiões capazes de se autogovernar, como na região norte e, aquelas do Sul da Itália. Acabou concluindo que o melhor desempenho das comunidades das regiões do Norte em relação às do Sul originava-se do fato das primeiras serem conduzidas por uma cultura associacionista, baseada na cooperação e confiança.

Putnan (2002) escreveu a obra “Comunidade e Democracia”, por meio da qual procurou divulgar os resultados da pesquisa e que acabou

por contribuir na construção do conceito de “capital social”. Suas ideias serviram para inspirar vários outros intelectuais das ciências humanas a respeito desse fenômeno das regiões italianas bem sucedidas, que ficaram conhecidas como “distritos marshallianos”, que acabam posteriormente evoluindo para a ideia de “sistemas produtivos locais”.

Neste sentido, um maior capital social, no sentido proposto por Putnam (2002), de uma comunidade resulta num maior sentido de grupo, e em uma melhor compreensão de que cada um faz parte de uma comunidade que perde força cada vez que algum de seus membros age de forma estritamente individualista.

A partir da metade dessa década de 70 e, especialmente na década seguinte, foi colocada em prática a reestruturação da economia no sistema capitalista industrial, frente a um processo de acentuada internacionalização da economia (LINS, 1993). Segundo esse autor, esse momento significou também a aceleração da industrialização nos países da periferia do sistema capitalista mundial. Durante o aprofundamento da crise do sistema internacional, os países industriais passaram a perseguir a possibilidade de um novo modelo de desenvolvimento, baseado em novos padrões de competitividade, numa busca de novas vias para se recuperar o desenvolvimento.

No início de 1990, quando o mundo já se mostrava conectado em rede, o anterior modelo fordista se viu substituído por um modelo mais flexível, seguido de uma política neoliberal que apregoava o Estado mínimo e a possibilidade das instâncias locais/ regionais competirem diretamente nos mercados internacionais, a exemplo do que ocorreu com as regiões do Norte da Itália. Nesse novo contexto, foi emergindo o conceito de “desenvolvimento econômico local”, orquestrado pelo governo local e os atores econômicos locais, em pleno processo de reestruturação produtiva (BARQUERO, 1999). Com este conceito procurava-se, de uma forma empreendedora, impulsionar a competitividade de seus atores econômicos, sob forma de cooperação público-privada, visando competir no mercado.

Observe-se que essa concepção de desenvolvimento local ainda apregoava um modelo que priorizava a competição e o desenvolvimento

econômico. Mas, conforme alerta Barquero (1993), as próprias práticas do desenvolvimento local foram contribuindo para se constatar que o desempenho econômico competitivo não era suficiente para solucionar os vários problemas oriundos da crise do sistema capitalista, frente a um mundo em que a globalização se mostrava acelerada. Era preciso apostar mais nas competências locais das coletividades para esse fim.

Verificava-se que as respostas mais eficazes e efetivas vinham do dinamismo endógeno, que dependia das potencialidades imateriais (cultura, conhecimento, competências sociais) impregnadas nos atores locais e dos recursos específicos (inclusive ambientais) de cada lugar, para poder se adaptar às novas condições globais. Verificava-se que, para isso, era necessário apoiar as redes de cooperação, especialmente aquelas que soubessem aprender interativamente, para propor inovações constantes (BARQUERO, 1993). A nova estratégia repassava a responsabilidade da iniciativa do desenvolvimento local do governo local para a sociedade civil.

Para Llorenz (2001), nesse período, a globalização passou a redescobrir a dimensão territorial para trazer soluções, não só a problemas econômicos, como também sociais e ambientais. Para esse fim, passou a apostar no diferencial existente entre cada um dos diversos territórios do planeta. Cada lugar, com suas particularidades potenciais deveria buscar a sua própria forma de adaptação ao sistema-mundo. Desse modo, conforme bem lembra esse autor, o território passou a ser considerado um recurso e um ator, que oferece uma integração flexível, com potencial para inovar.

Nesse viés, pode-se compreender a abordagem que Burbano (2011, p. 63) trás ao desenvolvimento local,

um processo de desenvolvimento integral, que combina a dimensão territorial, identidades ou dimensão cultural, a dimensão política e a dimensão econômica. É um compromisso com a democratização das cidades, para o desenvolvimento sustentável e equitativo, repensando as potencialidades do território e a sociedade local.

Da mesma forma, Santos (1988, p. 19) “compreende o desenvolvimento, não mais como um fim, mas um processo de transformação econômica, político e social, que implica automaticamente na melhoria do padrão de vida”.

A inovação e criatividade dos atores locais, nesse caso, segundo Torre (2016), emergem até mesmo em territórios que não possuam uma alta intensidade tecnológica ou que ainda sejam considerados periféricos, como as áreas rurais. A inventividade das populações locais, não necessariamente está vinculada a um alto nível de industrialização ou a alguma forma de especialização produtiva e sim a uma potencialidade que brota da mobilização das forças locais.

Essa afirmação é corroborada por Bava (1996, p. 68), uma vez que ele também reconhece que o desenvolvimento local “nasce das forças internas da sociedade”. Além disso, lembra este autor que se trata de um processo integrado, já que esse consegue integrar todas as dimensões, sejam ecológicas, culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas.

Da mesma forma, Ávila (2005) considera que o desenvolvimento local emerge das propriedades comuns de cada território, se nele houver potencialidades internas para poder se deflagrar esse processo e ainda quando esses recursos potenciais consigam interagir em prol da complexidade interna e expansão externa. Segundo este autor, esse gérmen pode partir da interatividade, seja no âmbito de uma comunidade ou de um número restrito de indivíduos. Mas interagir apenas não basta. É preciso, segundo esse autor, aprender a definir coletivamente os rumos pretendidos, mediante um cenário coletivo desejado por todos.

Assim, o desenvolvimento local para Ávila (2006) ocorre quando se dá o efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidade de uma dada comunidade em seu território de vida, para “incrementar uma cultura de solidariedade em seu meio”, de modo que se torne mais apta a agenciar o seu presente em direção a um futuro coletivamente desejado, e que torne seus integrantes aptos a ampliar sua autonomia e a do território, nesse processo.

2.4 Correlações entre os princípios do cooperativismo e os do Desenvolvimento Local

É possível estabelecer algumas correlações entre os princípios do cooperativismo e o do desenvolvimento local, que incorpora a dimensão territorial em sua abordagem.

2.4.1 Cooperação e comunidade

Uma das correlações entre os princípios do cooperativismo e os do desenvolvimento local diz respeito à cooperação solidária.

As organizações cooperativas, de acordo com Reisdorfer (2014) nascem de interações sociais entre indivíduos que se identificam pelas mesmas necessidades, tendo em vista, objetivos com resultados comuns. Essa iniciativa, segundo ele, sempre supõe um acordo racional sobre algo ligado à produção e distribuição de bens e riquezas. Também para Frantz (2001, p. 242) “a cooperação é entendida como uma ação consciente e combinada entre indivíduos ou grupos associativos com vista a um determinado fim”. De acordo com Frantz (2012, p.83), “a cooperação volta-se tanto para definir ações e relações entre indivíduos, como para manter uma organização institucional”.

Ávila (2006) lembra que, no caso do desenvolvimento local, a solidariedade cooperativa constitui a medula espinhal do processo, seja para promover iniciativas solidariamente cooperativas ou para estabelecer consensos, em “dinâmicas de sensibilização, mobilização, organização, planejamento e ação conjunta” (AVILA, 2006, p. 101). Para este autor, a solidariedade manifesta-se como um estado de ânimo, em função de determinadas impressões, crenças e convicções, capaz de proporcionar o estado volitivo, emotivo, e consciente, para assumir ações de cooperação.

Tanto nos princípios do cooperativismo como do desenvolvimento local, a solidariedade tem base comunitária. No caso da cooperativa, sua formação já pressupõe a constituição de um quadro social. De acordo com os quesitos legais, nenhuma cooperativa pode ser constituída sem um determinado número de pessoas e, como bem lembra Reisdorf

(2014), de pessoas naturais. Segundo este autor, a composição do quadro social por pessoas naturais constitui, de fato, a essência das cooperativas.

A participação ocorre por adesão, mas se parte do pressuposto que, uma vez que o associado se identifica com a cooperativa, sua motivação pode ser transmitida a outros, podendo causar a ampliação desse quadro social. Por outro lado, as cooperativas já nascem no seio de determinadas comunidades, para soluções buscadas em comum.

Na gestão das organizações cooperativas, também é preciso ajustar o lado administrativo e econômico com o lado social, tanto interno como externo à cooperativa. Além disso, o sétimo princípio do cooperativismo é o interesse pela comunidade externa à organização. Conforme bem assinalam Soacreppa & Silva (2017), toda cooperativa tenta buscar a satisfação dos interesses dos sócios e nesse sentido, exerce um papel no âmbito da sociedade na qual se insere. O compromisso com a comunidade foi um princípio estabelecido no congresso da ACI de 1995. Segundo esses autores, partiu-se do pressuposto que uma cooperativa não deve estar sediada em uma comunidade problemática. Ao contrário, ela deve servir de instrumento para possibilitar o desenvolvimento econômico e social dessa comunidade. Afinal, toda cooperativa tem um forte apelo social, que não deve se limitar apenas a seus associados, mas também a quem vivencia o ambiente na qual está inserida.

Dumond (2010) aponta que esse comprometimento supõe condutas compatíveis com aquelas do desenvolvimento sustentável, de forma a contribuir para a redução da dependência externa da comunidade. Desse modo, pode-se deduzir que a cooperativa se vê comprometida a exercer um papel ativo na transformação do meio.

Na mensagem divulgada pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 2017, no dia internacional das cooperativas, foi dado destaque ao papel atribuído à comunidade no movimento cooperativo, prevista no seu sétimo princípio rochdaleano e que se refere ao “interesse pela comunidade”. Reafirma que o movimento cooperativo faz do desenvolvimento sustentável das comunidades um de seus grandes compromissos, levando em conta as dimensões econômica, social e

ambiental. Acrescenta ainda que a Plataforma 'Coops for 2030' oferece a possibilidade de as cooperativas se comprometerem com iniciativas para a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Desse modo, a Aliança Cooperativa Internacional - ACI incentiva todas as cooperativas a fazê-lo.

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, o princípio sobre o “interesse pela comunidade” visa “contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades, no que é algo natural ao cooperativismo. As cooperativas fazem isso por meio de políticas aprovadas pelos membros”. Conforme também assevera Perius (2012), a cooperativa está enraizada na comunidade, sendo para a comunidade que ela constrói estruturas fixas e permanentes. Diferente do princípio “Educação, formação e informação”, o princípio do “Interesse pela comunidade” não foi previsto na Lei 5.764/71, porque foi consolidado pela ACI apenas em 1995.

O desenvolvimento local, por seu turno, como já foi apontado anteriormente, pressupõe sempre uma “comunidade ativa”, cujas forças endógenas se manifestam, quando ocorre o reconhecimento das próprias potencialidades, sendo essas fortalecidas mediante processos interativos, para atingir futuros de aspiração comum (AVILA, 2006). Nesse caso, no lugar da cooperativa, a comunidade é que se transforma no próprio motor do processo de desenvolvimento.

A comunidade, conforme assinala Boisier (2002), pode emergir de indivíduos sem qualquer relação entre si, mas que a partir do momento em que começam a interagir voltados para um objetivo comum e com base em potencialidades internas, dota a comunidade de coerência e funcionalidade, com inteligência própria. Ela ganha uma capacidade cognitiva coletiva própria para realizar ações em comum, com base na interpretação da mesma realidade e das possibilidades de transformá-la.

Boisier (2002) também assinala que, o desenvolvimento local, por ter natureza humana e subjetiva e seguir uma lógica territorial, supõe um movimento da comunidade, de caráter construtivo e multidimensional, por isso de natureza integrada, complexa. Manifesta-se na forma de um sistema emergente, a partir de pequenas escalas, como um movimento

endógeno com tendência para se expandir de baixo para cima e até para os lados (de forma horizontal), num processo de capilaridade.

2.4.2 Educação, formação e informação

A educação, formação e informação cooperativista faz parte da essência do cooperativismo e constitui seu quinto princípio. De acordo com o site da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB a definição do princípio “Educação, Formação e Informação” sinaliza que:

As cooperativas promovem a educação e a formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, consequentemente, dos lugares onde estão presentes. Além disso, oferece informações para o público em geral, especialmente jovens, sobre a natureza e vantagens do cooperativismo.

Desse modo, pode-se verificar que a educação, formação e informação vêm ser praticadas com seus membros, com os representantes eleitos e trabalhadores, para que possam contribuir de forma eficaz com a cooperativa. Pinho (1961) refere-se à educação como um princípio rochdaleano, que tem como finalidade tornar os associados preparados para exercer de forma mais efetiva e eficiente seu papel na cooperativa. Porém, a tarefa educacional da cooperativa deverá estender-se à comunidade e ao público em geral, para interessar e atrair os que não são sócios, e evitar oposições e resistências ao movimento (BALLESTERO, 1983). Portanto, a cooperativa deve levar informações para o público em geral, especialmente jovens, sobre a natureza e vantagens do cooperativismo.

Por meio da educação, pretende-se levar ao sócio a informação e a formação necessária de conhecimentos, que possam garantir o desenvolvimento coletivo. Nesse sentido, a educação, formação e informação cooperativa devem permitir, não só o desenvolvimento dos negócios, como também dos lugares em que vivem seus associados

(OCB, 2018). Reitera-se que o princípio da “Educação, formação e informação” tem seu amparo legal previsto na Lei 5.764/71.

Para Ávila (2006), a educação é considerada o sistema respiratório e circulatório do desenvolvimento local. Esse autor atribui ao agente de desenvolvimento local o importante papel de educar a comunidade para o seu autodesenvolvimento, ou seja, para que ela aprenda a caminhar por si mesma no processo de desenvolvimento. Ávila (2006), estabelece que a formação supõe decifrar, discernir e incorporar sentidos e valores a uma certa realidade, atribuindo a ela uma forma de existência. Já a educação traduz “esses sentidos e valores em rumos e procedimentos alternativos para o desenvolvimento físico, intelectual, moral e social” (AVILA, 2000, p. 63). Estes dois fenômenos se entrelaçam e se complementam, pois a “educação sempre supõe formação como fundamento e formação precisa da educação na dinâmica existencial” (AVILA, 2000, p. 63).

2.5 Metodologia da pesquisa: métodos e procedimentos metodológicos

2.5.1 Métodos e natureza da pesquisa

O método hipotético-dedutivo, com pesquisa de natureza dialógica – vivencial e o método de abordagem sistêmico que analisa e interpreta as práticas dos integrantes da COOASGO no território de vida de São Gabriel do Oeste, de forma sistêmica, inserindo-as nas especificidades do seu contexto histórico e territorial.

2.5.1.1 Método hipotético-dedutivo

Parte-se de uma questão-problema, com a identificação de instrumentos, que possam auxiliar no desvendamento da questão colocada, permitindo-se evidenciar no objeto de pesquisa as respostas a ela e se chegar a considerações finais.

2.5.1.2 Abordagem sistemica

Trata-se de uma maneira de procurar compreender, de forma integrada, as diversas variáveis da realidade pesquisada, em situações concretas e existenciais. A realidade é abordada a partir das articulações existentes entre tais variáveis, buscando-se as interligações entre as mesmas, que permitam compreender o todo.

2.5.2 Procedimentos da pesquisa

A pesquisa baseou na cooperativa COOASGO como objeto de pesquisa no contexto do município de São Gabriel do Oeste e como sujeitos de pesquisa cooperados da COOASGO.

2.5.2.1 Fontes secundárias

A Revisão Bibliográfica constou de leitura e interpretação de obras, artigos, dissertações, teses e artigos de acordo com as referências mencionadas na pesquisa.

Foram ainda consultados documentos, informações estatísticas, cartográficas e imagens.

2.5.2.2 Fontes primárias

A coleta de dados em campo foi realizada com o apoio da observação participante, pesquisa dialógica vivencial e aplicação de questionários aos sujeitos da pesquisa.

A observação participante deu-se, por meio de inserção direta na realidade de manifestação da cooperativa, de modo a permitir maior familiaridade com o objeto da pesquisa. Em especial, deve-se destacar o acompanhamento de duas sessões de Assembleia Geral Ordinária da cooperativa COOASGO, em 23 de fevereiro de 2018 e a Assembleia Geral Extraordinária em 28 de março de 2018, além de observação e registro das atividades práticas realizadas no módulo de Educação

Cooperativa do Programa Líderes Cooperativistas e Academia de Líderes Sicredi, realizadas nos dias 24 e 25 de novembro de 2017 e 23 e 24 de março de 2018, respectivamente.

A pesquisa dialógica vivencial deu-se por meio da proposição de diálogo do pesquisador com os sujeitos pesquisados, em espaços de interação da cooperativa. Nesse caso, foi eleita com o espaço de diálogo a diretoria da cooperativa COOASGO. No dia 27 de julho de 2017 foi realizada a primeira reunião com a diretoria da cooperativa COOASGO, em sua sede, no município de São Gabriel do Oeste, para apresentar a proposta de pesquisa e alinhar os rumos da pesquisa. Nessa reunião estavam presentes além do pesquisador, o Diretor Presidente, o Vice-presidente, o Diretor de Produção e Comercialização e o Gerente Geral.

Em 5 de dezembro de 2017 foi realizada a segunda reunião com a diretoria e o gerente geral da COOASGO, quando por meio de diálogo com esses membros, procurou-se fazer ajustes nas questões previamente elaboradas (Apêndice A), para serem posteriormente aplicadas e encaminhadas via e-mail aos cooperados presentes na Assembleia Geral Ordinária de 2018, realizada no dia 23 de fevereiro de 2018.

O questionário (Apêndice A) foi elaborado e revisto ainda no segundo semestre de 2017 e discutido em reunião com membros da diretoria da cooperativa no dia 5 de dezembro de 2018. A aplicação do mesmo ocorreu após a observação e acompanhamento da realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO) da COOASGO, no dia 23 de fevereiro de 2018, por meio do contato do pesquisador com os cooperados presentes na AGO, a onze cooperados dos quais foi encaminhado e-mail com o questionário, representados por membros da diretoria, do conselho fiscal, sócios fundadores e cooperados. Ao todo foram enviados ao pesquisador oito questionários preenchidos.

2.5.2.3 Organização, análise e interpretação dos dados coletados

Os dados coletados, tanto os de fonte secundária, quantos os diretamente no campo de pesquisa, foram organizados para serem em seguida analisados e interpretados. Destaquem-se aqui as informações

econômicas e sociais coletadas diretamente na cooperativa COOASGO, que foram organizadas sob forma de quadros e gráficos.

Os dados analisados foram combinados com a interpretação das falas dos sujeitos, obtidas por meio de diálogo vivencial e dos questionários com questões abertas, com apoio das teorias previamente selecionadas. Também foram incluídos nesse método quali-quantitativo de análise e interpretação, as observações registradas durante os cursos de capacitação oferecidos em dois módulos, no município de São Gabriel do Oeste: (1) o módulo “Educação Cooperativa”, do Programa de Desenvolvimento de Líderes Cooperativista, do qual participaram cooperados, funcionários e familiares de cooperados, realizado pelo SESCOOP/MS, nos dias 24 e 25 de novembro de 2017; (2) o módulo “Educação Cooperativa” no Programa Academia de Líderes da cooperativa Sicredi Celeiro, realizado nos dias 23 e 24 de março de 2018.

3 COOPERATIVISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO

3.1 Origens do Cooperativismo no Brasil

No Brasil, a cultura da cooperação é observada desde o período da colonização. Alguns autores, como Luis Filho (1961), chamam atenção para as iniciativas cooperativistas no Brasil, desde 1610, introduzidas nas reduções jesuíticas, que nesse caso, antecederam aquelas do período da revolução Industrial, estas avançaram para as chamadas terras do Guairá, ao longo dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Mas foram experiências barradas pela expulsão dos jesuítas. Silva (2009) fez alusão ainda a iniciativas cooperativistas nos Quilombos, entre os séculos XVII e XIX.

No entanto, influenciada pelas ideias dos socialistas utópicos do século XIX até a experiência inglesa de Rochdale, que se contrapunham ao sistema capitalista industrial, também são citadas iniciativas brasileiras ocorridas entre imigrantes europeus nessa mesma época, embora mal sucedidas. Pinho (1982) faz referências a esses movimentos iniciados por imigrantes de Santa Catarina. Neste Estado, o movimento teria sido iniciado por dois franceses influenciados pelas ideias de Charles Fourier, sob a liderança do médico Benoit Joseph Mure. Fourier ficara conhecido por divulgar a ideia de falanstério, uma espécie de comuna de produção e moradia. Inspiradas em suas ideias, tentou-se implantar, entre 1842 e 1845 e sem sucesso, a Vila da Glória, que atualmente pertence ao Município de São Francisco do Sul.

Em 1844, teria ocorrido outra iniciativa em Santa Catarina, por parte do major belga Carlos Lebon Van Lede, que resultou na fundação da “Colônia Belga”, situada à margem direita do Rio Itajaí, numa região conhecida atualmente como Ilhota (PINHO, 1982). No Paraná, conforme assinala a OCEPAR em seu *site* oficial, uma prática de vida comunitária para compra e venda dos produtos e necessidades de educação e lazer, foi iniciada pelos primeiros imigrantes alemães, em 1829, ao fundar a Colônia Rio Negro, atualmente no município de mesmo nome.

Outros movimentos surgiram, mas foi dado destaque em, 1847, à iniciativa da Colônia Thereza Cristina, às margens do rio Ivaí, instituída por imigrantes influenciados pelo exemplo da Vila Glória em Santa Catarina. Foi considerada ainda importante, a iniciativa de imigrantes italianos anarquistas em 1890, no município de Palmeira, liderada pelo médico Giovanni Rossi. Outras experiências nesse sentido teriam ocorrido entre 1909 e 1930, por ferroviários, industriais madeireiros, produtores agrícolas.

A Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (1990), na sua versão da história do cooperativismo brasileiro, afirma que o mesmo passou a ser estimulado por funcionários públicos, militares, profissionais liberais, operários e imigrantes europeus.

Depois dessas iniciais experiências esparsas de cooperação, o cooperativismo que passou a ser implantado, sob os princípios de Rochdale, se manifestou oficialmente, pela primeira vez no Brasil, segundo a OCB (2018), em 1889 no Estado de Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, destinada ao consumo de produtos agrícolas. Depois dela, surgiram outras cooperativas em Minas e também nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

3.1.1 Cooperativismo na Primeira República

Durante a Primeira República, o número de iniciativas em organizações cooperativas não foi tão significativo, mas foram todas no modelo rochdaleano, e especialmente emergiram cooperativas de consumo e de crédito rural. A partir de 1906, se desenvolveram as cooperativas no meio rural, principalmente junto às comunidades de imigrantes alemães e italianos, dando forma ao cooperativismo hoje existente no país (GAWLAK; RATZKE, 2001).

Já Souza (2009) chama atenção, nesse aspecto, para a importância do movimento iniciado em 1902, pelo padre suíço Teodoro Amstad, no Rio Grande do Sul, associando a catequese religiosa e

assistência espiritual à doutrinação do sistema de crédito cooperativista. Ele difundia essas ideias cooperativistas, especialmente entre os imigrantes, como um meio para libertá-los de uma dependência econômica em relação aos intermediários na comercialização. Acabou desenvolvendo vários projetos populares, durante décadas.

Souza (2009) também se refere às cooperativas italianas de Caxias do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves, Guaporé, Antônio Prado e Veranópolis, entre outras, incentivadas pelo Estado, a partir de 1911, em função da decadência da produção de vinhos e das dificuldades criadas pelos atravessadores em sua comercialização. Para isso, atraiu a presença do italiano Giuseppe Di Stefano Paternó, reconhecido expoente em cooperativas. Por fim, remete para a significativa participação de imigrantes na criação de cooperativas de crédito em várias partes do Brasil. Mas os casos mais expressivos de cooperativismo agropecuário dessa época foram os do Rio Grande do Sul e as cooperativas de leite do estado de São Paulo.

3.1.2 Cooperativismo na República Nova

Durante esse período, e até o final da década de 50, segundo Souza (2009), a industrialização em processo e o êxodo rural passaram a contribuir com o crescimento das cidades, criando um ambiente propício à criação de cooperativas de produtores agrícolas para o abastecimento urbano, especialmente da classe proletária.

A política Vargas voltou-se à alteração das relações no campo, antes predominantemente coronelistas. Por outro lado, conforme aponta Souza (2009), o novo ambiente de predominante necessidade de abastecimento urbano, com produtos de baixo preço para alimentar a classe proletária, conduziu à primeira regulamentação do cooperativismo em 1932, por meio do Decreto de Nº 22.239.

A intervenção do Estado deu-se no sentido de facilitar as cooperativas agrícolas de produção de alimentos, de modo a atender as necessidades concretas das pequenas propriedades, como forma de

solucionar os problemas de comercialização, transporte e armazenagem, retirando-os da dependência de intermediários. Essas políticas intervencionistas do Estado foram mais incisivas na produção do leite e do trigo destinado à panificação, inclusive porque a produção do trigo vinha decaindo desde 1920 (SOUZA, 2009).

As cooperativas tritícolas foram muito incentivadas, particularmente durante a década de 1950, procurando a autossuficiência brasileira na produção do trigo. Em função disso, entre 1956 e 1957, foi estabelecida a maior parte das cooperativas tritícolas no Rio Grande do Sul, culminando em 1958 com a criação da Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo (FECOTRIGO).

Mas a partir do final de 50 e início dos anos 60 do século XX, a mesma estrutura de intervenção do estado criada para prover o abastecimento interno, começou a se voltar, segundo Benetti (1985), para incentivar o processo de modernização da agricultura brasileira, destinada à exportação. Foi utilizada para estimular a introdução do cultivo de soja, especialmente em áreas cafeicultoras que se ressentiam da crise de superprodução.

3.1.3 Cooperativismo durante os governos militares

O processo iniciado no final da década de 50 e início da década de 60 passou a ganhar corpo, durante os governos militares. No entanto, a finalidade passou a ser a concretização da segunda fase da industrialização brasileira, com a participação de multinacionais. O incentivo às cooperativas agrícolas de exportação passou a favorecer a acumulação capitalista no campo, dando origem à formação de uma burguesia rural, voltada a exportar e abastecer a agroindústria (CORADINI, 1981 *apud* SOUZA, 2009).

Foi nesse novo ambiente de intervenção do Estado às cooperativas agrícolas, que no IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, de 1969, em Belo Horizonte, emergiu o órgão nacional de representação do cooperativismo brasileiro, a Organização das Cooperativas Brasileiras

(OCB), com sede em Brasília/DF. Contudo, a existência legal e institucional da OCB só ocorreu dois anos depois, quando o Brasil passou a contar com uma política nacional de cooperativismo, institucionalizados por meio da Lei Nº 5.764 de 1971. A mesma lei instituía o regime jurídico das sociedades cooperativas, que permitiu a existência oficial da OCB.

As décadas de 1970 e 1980, segundo Souza (2009), foram marcadas por uma excessiva intervenção estatal no cooperativismo agropecuário no Sul do Brasil, com uma abundância e facilidade de crédito. Isso repercutiu num crescimento acelerado de cooperativas em moldes empresariais dessas cooperativas, resultando em um processo de integração cooperativista, tanto horizontal como vertical. Nesse processo, muitas dessas cooperativas do Sul do país se expandiram para os Cerrados, que também recebiam o incentivo estatal, para fomentar o avanço da agricultura moderna de soja e trigo.

Durante esse período, as sociedades cooperativas no Brasil foram definidas oficialmente pelo Estado Nacional, por meio da Lei 5764, de 16 de dezembro de 1971, no seu artigo 4º como sendo:

Sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
IX - neutralidade política e indiscernibilidade religiosa, racial e social;
X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

A Lei 5.764, segundo Souza (2009), substituiu as legislações anteriores que tratavam do cooperativismo, legitimando ainda mais a intervenção do Estado no desenvolvimento das agropecuárias. Além da Organização das Cooperativas brasileiras (OCB), foram criadas as OCE's (Organização das Cooperativas dos Estados).

A OCB (2018), em seu site, adota a definição de cooperativa como sendo,

uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo.

Também em seu site, a OCB, classifica as cooperativas em três graus, em função de natureza de sua organização e de seus objetivos:

1º Grau (Singular) - Uma cooperativa para pessoas. Tem o objetivo de prestar serviços diretos aos associados. É formada por, no mínimo, 20 cooperados, na regra geral, sendo permitida a admissão de pessoa jurídicas, desde que não operem no mesmo campo econômico da cooperativa.

2º Grau (Central ou Federação) - Uma cooperativa para cooperativas. Seu objetivo é organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas, facilitando a utilização dos mesmos. É constituída por, no mínimo, três cooperativas singulares.

3º Grau (Confederação) - Uma cooperativa para federações. Assim como as cooperativas de 2º grau, têm o objetivo de organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas. A diferença é que as confederações são formadas por, no mínimo, três cooperativas centrais ou federações de qualquer ramo.

Para Bialoskorski Neto (2002) essa distinção especial das cooperativas em relação a outras organizações atribuiu maior particularidade a seu ambiente institucional. O empreendimento cooperativo, segundo ele, passou a ser identificado, especialmente por envolver três dimensões, às vezes conflitantes entre si: (1) foco no mercado, ao fazer uso da lógica econômica para maximização de resultados; (2) foco na sociedade do cooperante, incluindo fidelidade, transparência e ética nos negócios, além da equidade na distribuição de renda; (3) a preocupação em levar a riqueza e o bem estar ao associado.

Na abordagem de Salanek Filho (2007) as cooperativas seriam sociedades de pessoas e não de capital, que se manifestam mediante adesão espontânea, que buscam uma atividade econômica que também atingem benefícios sociais.

Podem-se destacar os elementos essenciais para a definição das cooperativas, tais como:

(1) A sociedade é de pessoas e não de capital. O resultado e a valorização dos sócios são proporcionais às operações realizadas na cooperativa e não pelo capital investido. O capital é meio e não finalidade.

(2) Pratica-se a autogestão, ficando a administração da organização sob a responsabilidade dos próprios sócios (donos).

(3) A cooperativa supõe sempre uma propriedade comum, pois pertence a todos os sócios.

(4) Ela mantém uma dupla natureza, um lado econômico e um lado social, diante do uso de serviços/produtos fornecidos pela cooperativa.

Conforme bem lembra Souza (2009), foi ainda nesse período que ocorreu o avanço da fronteira agrícola para o domínio dos Cerrados e em seguida para a Amazônia. As cooperativas passaram a servir de instrumento para a implantação de grande parte dos projetos de colonização, amparadas pelos programas governamentais.

Este avanço, nesse período, foi visto como uma alternativa para os produtores ligados a cooperativas no Sul. No entanto, esse processo resultou em desaceleração do crescimento da produtividade agrícola do Sul do país.

3.1.4 Cooperativismo nas mudanças estruturais oriundas da crise do comércio internacional entre 1985-1995

As mudanças estruturais originárias da crise do comércio internacional, a partir da metade da década de 80 do século XX, tiveram reflexos na comercialização da soja, causando instabilidade e queda dos preços, de modo a reverter a fase expansionista de exportação desse produto (BENETTI, 2010). A expansão do cultivo de soja em regiões do cerrado brasileiro também contribuiu para que a agropecuária gaúcha enfrentasse muitas dificuldades. Isso repercutiu em falência do projeto do cooperativismo empresarial voltado aos produtores de soja e trigo nesse Estado. Em nível nacional, as cooperativas também perderam parte do apoio do governo federal, especialmente após a constituição de 1988 que contribui para alterar na Lei 5.764/71 os artigos que se referiam à intervenção do Estado (SOUZA, 2009).

A partir de então, passou a ocorrer à aceleração do processo de integração cooperativista, implicando em várias fusões, assim como na emergência de diversas centrais cooperativas, assim como o aparecimento de novas representações do cooperativismo brasileiro.

3.1.5 Cooperativismo Agropecuário e sua manifestação em Mato Grosso do Sul

O ramo agropecuário reúne cooperativas de produtores rurais, agropastoris e de pesca. O papel da cooperativa é receber, comercializar, armazenar e industrializar a produção dos cooperados. Além, é claro, de oferecer assistência técnica, educacional e social.

Segundo Ferreira (2002), em muitas regiões brasileiras as cooperativas agropecuárias representam a única forma de agregação de valor à produção agrícola de seus associados, além de viabilizarem a inserção econômica de pequenos e médios produtores em mercados concentrados.

A primeira cooperativa agropecuária no Brasil de acordo com PINHO (1982, p. 117), “surgiu no ano de 1907 por via da cooperativa de plantadores (de café, algodão, mandioca, arroz, milho, etc) e de laticinistas, resultantes da propaganda do estadista João Pinheiro em Minas Gerais”.

Em Mato Grosso do Sul, suas origens apontam sua criação no antigo estado de Mato Grosso, com a constituição da Cooperativa Agrícola de Campo Grande Ltda. - COOP-GRANDE, no dia 11 de outubro de 1939, constituída por 152 imigrantes japoneses da região de Okinawa, objetivando a recepção, beneficiamento e comercialização de café, arroz, milho, feijão e batatinha. Posteriormente, em 1º de fevereiro de 1966, seria constituída a Cooperativa Agrícola Mista Várzea Alegre – CAMVA, e em 31 de outubro de 1969, a Cooperativa Agrícola Mista Sul-mato-grossense (OCB, 1990).

Conforme dados da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, o ramo agropecuário, o número de cooperativas filiadas ao sistema chegou a 1.555, com 1.016.606 associados e 188.778 empregados (OCB, 2018).

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Mato Grosso do Sul – OCB/MS, em seu site, o número de cooperativas agropecuárias filiadas são de 50 (cinquenta), equivalentes a 47% do total de cooperativas filiadas no Estado de Mato Grosso do Sul, sendo 38 (trinta e oito) com matrizes no Estado de MS e 12 (doze) filiais de cooperativas de outros Estados.

3.2 Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste - COOASGO no contexto histórico do município

O município da São Gabriel do Oeste (Figura 1) situa-se em áreas planálticas do Cerrado brasileiro, na Microrregião do Alto Taquari, Centro Norte de Mato Grosso do Sul, a 137 km de Campo Grande, a capital desse estado. Esse município foi constituído nas terras que antes pertenciam ao Município de Camapuã, desde a década de 1970, de forma

planejada. A finalidade foi abrigar cafeicultores do Norte e Noroeste do Paraná, vitimados por sucessivas perdas de produção em função de geadas e crises econômicas específicas do setor, o que havia descapitalizado grande parte deles (SANTOS, 2010).

Figura 1 - Município de São Gabriel do Oeste



Fonte: Sebrae, 2016.

3.2.1 São Gabriel do Oeste: uma cidade previamente planejada para a cafeicultura

O Instituto Brasileiro de Café (IBC), já no início da década de 1970, fez pesquisas no Estado de Mato Grosso do Sul, para conhecer as possibilidades de altitude, solo e clima, que, assim como as tradicionais áreas paranaenses, fossem compatíveis com cultivo do café. Para esse fim, sediou em Campo Grande, uma unidade gestora do chamado “Plano de Revigoramento dos Cafezais”. Por meio desse mesmo plano, já em 1971, o IBC, com apoio do Banco do Brasil, passou a incentivar a vinda de produtores de café, mediante facilidades e liberação dos recursos financeiros, seja para compra de terras, como para o preparo e cultivo das mudas. A iniciativa foi vista como oportunidade por um empresário campo-grandense, levando-os a adquirir mais de 47.000 hectares em áreas tituladas, além de uma quantidade significativa em excessos, pois as propriedades antigas possuíam sempre área maior como decorrência

dos métodos primários das medições e fixação de divisas. (SANTOS, 2010).

O projeto, segundo esse autor, acabou atraindo cafeicultores paranaenses, catarinenses e gaúchos, para desenvolver a cafeicultura. Barbosa (2002, p. 43) lembra que “o empreendimento chegou a atrair também uma leva de catarinenses e gaúchos de espírito empresarial com prática anterior em agricultura mecanizada de cereais que tendiam procurar as terras agricultáveis do Estado”.

Mas em 1975, a entrada excepcional de uma Massa Polar Atlântica, que causou forte geada atingiu e comprometeu totalmente os cafezais cultivados (BARBOSA, 2002). Levou o IBC, segundo Santos (2009), a suspender a continuidade do projeto antes mesma da primeira safra, encerrando a política de financiamento para o café. Isto provocou, segundo Barbosa (2002), a erradicação dos cafezais e a saída de grande parte dos recém-chegados.

3.2.2 Expansão da agricultura de soja em São Gabriel do Oeste no período de 1970-85

No entanto, segundo Barbosa (2002), os agricultores já experientes na produção de cereais vislumbraram possibilidades de expandir a produção de soja nas áreas planas e mecanizáveis daquele chapadão, desde que corrigissem a acidez dos solos. Para isso, houve necessidade de iniciar a homogeneização dos solos com o cultivo de arroz. Conforme o mesmo autor, concorreu para fortalecer as iniciativas para esse novo empreendimento, o compromisso oficial do empreendedor que havia vendido às terras, de construir um povoado, dotado de infraestrutura básica para o exercício da coleta e expedição da produção.

Desse modo, em 30 de setembro de 1976, São Gabriel do Oeste foi elevado à categoria de Distrito do Município de Camapuã, pela Lei Estadual nº 3.781, assinada pelo governador de Mato Grosso, José Garcia Neto. Concorreram fortemente para induzir o dinamismo dados por essas iniciativas de mecanização da produção agrícola, os incentivos do

governo federal, visando garantir o avanço das fronteiras agrícolas de modernização para terras agricultáveis do Centro-Oeste (BARBOSA, 2002). Mas é evidente que os bons preços da soja no mercado internacional tornaram-se atrativo muito importante.

Em relação às políticas de Estado, pode-se destacar, além dos financiamentos agrícolas, o asfaltamento da BR-163 até Rio Verde, visando facilitar o escoamento, e a instalação das unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. A partir do ano de 1977, deu-se início a nova alternativa econômica na região por meio do plantio de grãos. Esse dinamismo favoreceu também o processo de autonomia política da localidade.

Em 1979 foi instalada a cooperativa COTRISA, com matriz em Santo Ângelo, Estado de Rio Grande do Sul. Tinha sido criada desde 1956 para atender os produtores de trigo, mas exercia nessa época o papel de compradora de produtos agrícolas, mediante construção de estruturas de armazenagem dos grãos, estabelecendo uma rede de compras ao longo do país. Desse modo, criou armazéns em São Gabriel do Oeste, para receber a produção agrícola da região (BARBOSA, 2002).

Em 1980, São Gabriel do Oeste já era elevado à condição de sede de Município, com terras desmembradas de Camapuã, Coxim, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso e Bandeirantes. Até 1985, segundo Barbosa, São Gabriel do Oeste teve fortalecida sua estrutura de armazenamento, logística de transporte e novos moradores. Estes preferiram eleger o povoado como local de moradia, fato que passou a exigir a implantação também de infraestrutura física e de serviços sociais para o atendimento das famílias na cidade. Assim, em poucos anos, São Gabriel do Oeste foi se transformando em área adensada e conhecida pela cultura de inovações de novas tecnologias, como uma sementeira de inovações (BARBOSA, 2002).

Em 1984, de acordo com Barbosa (2002), o município de São Gabriel do Oeste já havia se transformado no maior produtor de soja de Mato Grosso do Sul e o estado havia se transformado no terceiro produtor nacional de soja (IBGE, 1990).

3.2.3 São Gabriel do Oeste durante a crise do mercado internacional de soja (1985-1990)

A partir de 1985, frente à crise do mercado de exportação de soja e do fim dos governos militares, ocorreu um enfraquecimento progressivo da intervenção estatal nos negócios agropecuários, afetando todo território nacional (LE BOURLEGAT, 2000). Diante do impasse, o governo estadual, segundo a autora, buscou responder com políticas de agregação dos produtos, via industrialização. O incentivo às práticas de beneficiamento de grãos possibilitou entre 1985 e 1990, o surgimento de uma segunda fase em Mato Grosso do Sul, caracterizada pela dinamização da indústria de esmagamento de grãos. O governo estadual passou a premiar por meio de isenção de ICMS, no programa “Terra Viva” as propriedades de agricultores, com maior produtividade. Essa política teve como objetivo incentivar a presença de agroindústrias de beneficiamento de soja. Esse processo acabou atraindo a presença de multinacionais.

Num outro viés, as condições iniciadas em São Gabriel do Oeste para o cultivo da soja, conforme aponta Barbosa (2002), possibilitaram uma forma dinâmica de responder a essas políticas estaduais durante esse período de crise, seja por meio de inovações para promover a produtividade, como para a diversificação dos cultivos. Na falta do anterior crédito subsidiado pelo Estado, os agricultores tiveram que atuar com recursos próprios. Isso se tornou possível, porque esse crédito passou a ser sustentado, tanto pelas agroindústrias, quanto pelos fornecedores de insumos. Estes últimos propunham receber as dívidas somente no final da safra e os compradores de soja passaram a utilizar a prática da compra antecipada, mediante adiantamento de parte do pagamento pela compra, ficando a outra para a pós-safra. Esse processo induziu a integração do produtor com o setor industrial, num processo de dependência a ele.

Outra iniciativa dinamizada em São Gabriel do Oeste durante esse período de crise internacional ao mercado da soja foi a diversificação da produção agrícola. O produto selecionado, segundo Barbosa (2002) foi o

milho, este que chegou a crescer 385% em área plantada, entre 1985 e 1990. O milho foi seguido pelo sorgo. Desse modo, o município entre os maiores produtores de soja e milho de Mato Grosso do Sul, junto da região de Dourados e daquela conhecida como “chapadão” mais ao Norte do estado. Le Bourlegat (2000) lembra que a presença do farelo no estado, fruto do esmagamento da soja e milho serviu para impulsionar novas formas de agregação de valor. Deu origem a complexos industriais, que passaram a integrar os farelos à produção de carne de frango e de suíno em Mato Grosso do Sul.

3.2.4 Constituição da Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste - COOASGO em 1993

A Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste – COOASGO foi constituída no dia 05 de março de 1993, por 25 (vinte e cinco) associados fundadores, na época todos ligados à agricultura. Na mesma data, na Assembleia Geral de Constituição foi eleita sua primeira Diretoria¹. (Anexo A)

A cooperativa foi constituída exatamente nesse contexto de diversificação dos cultivos agrícolas e da necessidade de agregar valor aos produtos beneficiados no local, mediante inserção da suinocultura.

O projeto foi proposto, segundo Barbosa (2002), por iniciativa de 25 produtores agrícolas de origem sulista. A finalidade era integrar o cultivo do milho e da soja à indústria de ração e criação de suínos para o abate. A carne de suíno, diferente do milho, possuía grande valor, tanto no mercado nacional como internacional. Isso foi possível de corroborar na fala de dois entrevistados, que fizeram parte dessa história:

¹ Presidente o Sr. José Defante, Vice - Presidente o Sr. Zélio Antonio Pessato, secretário o Sr. Célio Molinari, Diretores Conselheiros o Sr. Valpírio Tomazoni e Valmor Plácido Brun. A sede administrativa inicial foi na Avenida Getúlio Vargas, 857, centro da cidade de São Gabriel do Oeste.

Sentimos a necessidade de agregar valor ao milho e soja que produzimos em abundância, agregando valor a esses produtos com a produção dos suínos. (Cooperado A)

A necessidade de fazer as compras e vendas em conjunto e com isso conseguir a barganha de melhores preços, como da venda dos suínos terminados. Na época da inflação do projeto da suinocultura não havia nenhuma indústria de porte que pudesse absolver toda a produção no município, nem no estado. Fazendo assim com que nos uníssemos criando assim à cooperativa. (Cooperado B).

No início das atividades da cooperativa, cerca de 3.500 suínos por mês eram comercializados vivos para a Ceval e para os abatedouros de São Paulo, Minas Gerais, Belo Horizonte e outros estados. Verificaram, no entanto, que os preços praticados por esse canal de comercialização chegavam a ficar bem abaixo do estabelecido pelo SINDICARNE², deixando-os em uma situação de muita dependência.

Em 1995, por iniciativa local, foi instalado o Frigorífico de São Gabriel do Oeste - FRIGOEL, visando o abate de suínos, com uma capacidade inicial para abater 600 cabeças/dia de suínos da COOASGO e também de bovinos. Em 1996, esse frigorífico foi adquirido pelo Frigorífico Aurora, da Cooperativa Central Aurora Alimentos, numa parceria com a COOASGO.

A busca dessa parceria, de acordo com Barbosa (2002), foi facilitada por produtores locais de origem catarinense, que já conheciam e mantinham contatos com a cooperativa Aurora. Viram nessa estratégia uma forma de aprender a tecnologia produtiva relacionada a esse complexo industrial ainda desconhecida por eles, assim como a lidar com o mercado internacional. Grande parte da carne passou a ser obtida no abatedouro do Frigorífico Aurora, uma das unidades da Cooperativa Central Aurora Alimentos, cuja filial foi instalada em São Gabriel do Oeste em 1996, após a compra do FRIGOEL.

A partir de então, o produto passou a ser escoado para outras unidades em Chapecó e São Miguel do Oeste, no Estado de Santa

² Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados.

Catarina, para ser transformado em embutidos, defumados e cortes especiais e, vendidos no Brasil e no exterior. No mesmo ano, a COOASGO inaugurou a primeira sede própria no centro da cidade e, em 1998, ela foi deslocada para Rodovia BR 163, no quilômetro 609, onde funciona até hoje. O frigorífico Aurora, conforme Barbosa (2009), passou a apresentar uma capacidade para o abate de anual de 336.000 suínos e diário de 600 a 850 animais, em apenas um turno. Sua estrutura produtiva sofreu grandes ampliações, para dobrar sua capacidade em 2001. Desse modo, em 2002, o frigorífico já conseguia abater cerca de 1.000 animais/dia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo da presente seção é trazer as discussões para os resultados dos dados encontrados e organizados, com apoio do referencial teórico selecionado, na tentativa de tentar verificar se a COOASGO, de fato, trouxe alguma forma de contribuição para o desenvolvimento local em São Gabriel do Oeste - MS.

Para organizar tais reflexões, levou-se em conta os pressupostos da hipótese e os objetivos específicos. É preciso lembrar que as condições da origem e trajetória da cooperativa foram objetos de análise da seção anterior. Desse modo, interessou aqui, mais especificamente, em examinar, por meio de alguns dados e condições os resultados da atuação da cooperativa no desenvolvimento do município e da própria cooperativa. Num segundo momento, passou-se a discutir as possíveis contribuições da COOASGO no dinamismo e processos de inovação na produção, organização e comercialização dos produtos. Por fim, passou-se a trazer dados e discussões, que pudessem revelar, se dinamismo da COOASGO tem se feito traduzir em melhoria das condições de vida e bem estar da comunidade cooperativa e do ambiente no Município.

4.1 São Gabriel do Oeste fruto do protagonismo produzido na cooperativa COOASGO

O município de São Gabriel do Oeste, de acordo com o Censo do IBGE, em 2010, apresentava 22.203 habitantes, ocupa o 8º lugar no PIB no Estado de Mato Grosso do Sul e o 6º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ainda que a população tenha se expandido nesse meio século de vida, sua proporção ainda é relativamente modesta e a densidade populacional, em 2014 (com 6,34 habitantes/km²) era mais baixa de que a média do estado (7,57 hab/km²). Entre 2010 e 2014, observou-se pelos dados do IBGE, um aumento do número de domicílios em 53%, com famílias menos numerosas do que anteriormente. Por outro lado, de acordo com o Denatran (2014), entre

2002 e 2014, a frota de veículos (especialmente de motos) cresceu de forma mais rápida (223%) que a população (38%), sendo este um indicador de qualidade de vida crescente no município.

De acordo com a classificação da Fundação Getúlio Vargas, São Gabriel do Oeste ocupa a 4^a posição no país, no Índice de Desenvolvimento Rural, em função de suas condições tidas como favoráveis para o exercício de atividades agropecuárias.

Atualmente, em 2018, a Cooperativa Agropecuária de São Gabriel do Oeste está composta de 436 associados e mantém a sede em uma área de 10 hectares, junto à Rodovia BR 163 KM 609 (Figura 2), ocupando 216 funcionários.

Figura 2 - Sede Cooperativa COOASGO



Foto de COOASGO, 2017, adaptado por Saulo O. M./2018.

A cooperativa recebe grãos para armazenagem, especialmente soja e milho (96% da área cultivada em 2013-IBGE), além do sorgo, mantendo para esse fim, duas unidades próprias de armazém, em parceria com a CONAB, com capacidade para 45.000 mil toneladas. Além disso, em 2017, a cooperativa Aurora inaugurou mais quatro silos no município, cada um com capacidade para dez mil toneladas de milho e soja. É preciso lembrar que a soja, milho e algodão também constituem os principais produtos agrícolas exportados por São Gabriel do Oeste (SEBRAE, 2016).

A cooperativa mantém duas unidades produtoras de leitão: (1) a unidade com dezesseis mil matrizes, numa área de 93 Hectares (Figura

3): (2) a unidade destinada ao crechiário com 55 mil leitões, sendo 32 mil leitões em uma área de 95 hectares (Figura 4) e mais 23 mil leitões distribuídos em sete propriedades de cooperados.

Figura 3 – Unidade Produtora de Leitão (UPL I)



Foto de COOASGO, 2017, adaptado por Saulo O. M./2018.

De acordo com as informações oferecidas pela COOASGO em seu *site*, ela chega a produzir 2.750 suínos/dia, encaminhados para o abate no frigorífico Aurora com 170 dias de vida. A Cooperativa Agropecuária de São Gabriel do Oeste obteve um financiamento aprovado junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) em 2018, para apoiar interessados do vizinho município de Rio Verde de Mato Grosso a ampliar a granja multiplicadora de suínos, de modo a elevar a produção diária para 5 mil suínos.

Figura 4 – Unidade de recria de leitões – CRECHÁRIO (UPL III)



Foto de COOASGO, 2017, adaptado por Saulo O. M./2018.

Em 2015, a unidade industrial de abate de suínos da Cooperativa Central Aurora Alimentos, sofreu nova ampliação e ainda tem projeto para continuar essa expansão, uma vez que seu atendimento extrapola a produção de São Gabriel do Oeste. Além de São Gabriel do Oeste, atende aos cooperados de Campo Grande, Coxim, Brasilândia e ainda de outros estados, como Mato Grosso. Esse frigorífico gera 120 produtos à base de carne suína, dos grupos de defumados, salgados, frescais, cozidos, cortes congelados, linha festa, costela especial, carré e hambúrgueres, destinados ao mercado interno e externo.

Uma novidade introduzida durante esse tempo de existência da COOASGO foi integrar ao complexo industrial constituído, a produção de bovinos em confinamento, utilizado como ferramenta de terminação para os animais. A estrutura ainda é pequena, com uma capacidade de 2.000 animais nos períodos de abril a setembro e de 1.500 animais de outubro a março (Figura 5). Existem projetos futuros de abate também desse gado pelo frigorífico Aurora, para a produção da chamada “carne gourmet”. Para isso, contam com o desenvolvimento de outras plantas de confinamento na região.

Figura 5 – Estrutura de alojamento de bovinos.



Foto de COOASGO, 2017, adaptado por Saulo O. M./2018.

Desde 2005, a COOASGO mantém uma fábrica de ração (Figura 6), com produtos específicos para suínos e bovinos em linhas totalmente

separadas. Em 2015, produzia ração específica para as três mil cabeças de gado em confinamento e mais outros 500 quilos diários para alimentar os suínos. Todo o milho recebido pela cooperativa (sete mil sacos diários) passou a ser transformado em ração, pois ele representa 78% de sua composição.

Figura 6 - Fábricas de Ração COOASGO.



Foto de COOASGO, 2017, adaptado por Saulo O. M./2018.

Além disso, a COOASGO mantém um conjunto de serviços que disponibiliza aos cooperados. Oferece assistência técnica de várias naturezas (agronômica, veterinária, ambiental, em projetos, segurança do trabalho) além de um conjunto de produtos para venda aos associados. Para a assistência técnica agronômica, a cooperativa mantém agrônomos e técnicos, para monitorar diariamente o processo de produção de grãos, desde o plantio à colheita. Para monitorar a produção de suínos, a cooperativa disponibiliza médico e técnicos veterinários. Além disso, mantém equipe para oferta de cursos especializados em segurança do trabalho, assim como para palestras motivacionais de diversos conteúdos. Esses serviços cumprem os princípios de educação, formação e informação.

No que tange às vendas, oferece produtos que amparam o processo produtivo agrícola, como sementes, defensivos, adubos e

máquinas agrícolas. Para a veterinária disponibilizam produtos como acessórios veterinários, medicamentos e vacinas. Tais produtos são vendidos com recomendação dos técnicos. Mais recentemente, a cooperativa passou a disponibilizar um espaço de vendas (Figura 7) de torno de 50 itens derivados da carne suína, além de frango e carne bovina. A cooperativa também mantém postos de venda de óleo diesel.

Figura 7 – Veterinária e Loja Agropecuária COOASGO.



Foto de COOASGO, 2017, adaptado por Saulo O. M./2018.

As preocupações da COOASGO também avançaram em relação ao desenvolvimento sustentável da produção agropecuária. Para otimizar o ganho, os produtores de suínos tiveram a iniciativa de construir biodigestores em suas propriedades, visando transformar os dejetos dos porcos em energia ou adubo para o pasto. Os dejetos diluídos em água sofrem o processo de biodigestão, produzindo o biogás e o biofertilizante. Uma das opções do biogás é o uso em motores para o aquecimento dos barracões de terminação dos suínos.

Existe um projeto da Embrapa visando reunir 25 barracões para gerar energia praticamente suficiente para abastecer o município, para ser depois distribuída na rede da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (Enersul). O biofertilizante, de modo geral, é utilizado em pastagens.

As granjas de suínos são certificadas pelo Ministério de Agricultura e Pecuária (MAPA) e, para manter o padrão de especificação, recebem

vistorias técnicas constantes, tanto da COOASGO como do Frigorífico Aurora.

A COOASGO conta com cerca de 100 hectares de área florestada com Eucaliptos, junto às unidades de produção de leitão. A iniciativa de plantar eucalipto dentro dos piquetes do confinamento tem como finalidade a obtenção do sombreamento para o conforto dos animais, que se traduz em melhoria no consumo de ração e de seu desempenho. Em 2014, também foram realizadas pesquisas pela Embrapa, no sentido de auxiliar os produtores de suínos a construir sistemas agro-silvo-pastoril, ou seja, para ver as possibilidades de integrar essa produção com lavoura e floresta.

As atividades desenvolvidas pela COOASGO, em parceria com a Cooperativa Central Aurora Alimentos, possuem desdobramentos na área urbana, não só na qualidade de vida, como na gama de comércio e serviços viabilizados pelas atividades agrícolas e agroindustrial. O comércio e serviços urbanos, de acordo com o IBGE, constituíram em 2012 a maior percentagem do PIB municipal (46%), seguido da agropecuária (27%) e indústria (12%).

No que tange aos acontecimentos sociais promovidos pela COOASGO, o destaque deve ser dado à Festa do Leitão no Rólete, iniciada em 1993, para fins de confraternização entre os funcionários da cooperativa com seus familiares. Mas essa festa foi ganhando características de um evento gastronômico, sendo fortalecida para divulgar a suinocultura do município. Atualmente, já na sua 25^a edição em 2018, chega a receber milhares de pessoas, em três dias de comemoração no Clube de Laço Liberato Maffissoni e no Centro de Tradição Gaúcha.

É preciso lembrar que a forma de atuação e o desenvolvimento da COOASGO foi importante para atrair a implantação da unidade Cooperativa Central Aurora no Município em 1993 (SANTOS, 2010).

4.1.1 A origem da COOASGO na visão dos cooperados

Os cooperados submetidos ao questionário (Apêndice A) revelam que os motivos que levaram a criação da cooperativa COOASGO, como se pode verificar em suas falas, estiveram relacionados especialmente com a necessidade de diversificar a produção, agregando valor à produção, e de melhor organizar os processos de comercialização.

A necessidade de diversificar a produção agropecuária, além do plantio de soja, também produzir milho em quantidade e colocar a safra na produção de suínos. (cooperado C)

Organizar as vendas de vários produtores independentes de suínos cevados, no segundo momento comprarem os insumos em quantidade para diminuir os custos. (Diretor A da Cooasgo)

Foi em função da necessidade de fazer as compras e vendas em conjunto e com isso conseguir a barganha de melhores preços, como da venda dos suínos terminados. Na época da inflação do projeto da suinocultura não havia nenhuma indústria de porte que pudesse absolver toda a produção no município, nem no estado. Fazendo assim com que nos uníssemos criando assim a Cooperativa. (cooperado B)

A vontade de produtores da região de São Gabriel do Oeste poderem se organizar em uma sociedade mais organizada, para poderem realizar as suas compras como também a venda dos produtos, por eles produzidos, culminando com uma época de franco desenvolvimento local no que tange principalmente a agropecuária. (Diretor B da Cooasgo)

Sentimos a necessidade de agregar valor ao milho e soja que produzimos em abundância, agregando valor a esses produtos para a produção dos suínos. (cooperado A)

Todo o processo de constituição da cooperativa COOASGO, conforme relato dos cooperados e a observação participante, deve muito ao protagonismo coletivo por meio da cooperação dos produtores, a necessidade comum na época voltada às melhorias na produção e comercialização de seus produtos e aliado a disponibilidade da cultura da cooperação dos sulistas que moravam na região.

A respeito da questão cultural, Barbosa (2002, p. 84), menciona que,

O espírito solidário dos moradores do meio dinâmico de São Gabriel do Oeste parece ter nascido da confiança mútua entre os membros da localidade, em grande parte atribuída a uma identidade cultural trazida do lugar de origem e que vem sendo reconstruída em São Gabriel do Oeste.

O meio agrícola dinâmico de São Gabriel do Oeste foi colonizado, desde a década de 70, sobretudo por migrantes sulistas, ou seja, gaúchos, catarinenses e paranaenses, como se relata a ocupação daquele meio (BARBOSA, 2002).

O esforço e todo o trabalho da cooperativa ao longo destes 25 anos de existência devem muito a esse espírito cooperativo enraizado na região de onde vieram.

O desenvolvimento regional endógeno, ao considerar e dar relevância a sociedade civil local e aos seus processos de organização e relação social permite que a região atinja um crescimento equilibrado e sustentado em longo prazo, sem entrar em conflito direto com a base social e cultural da região (BARQUERO, 1999).

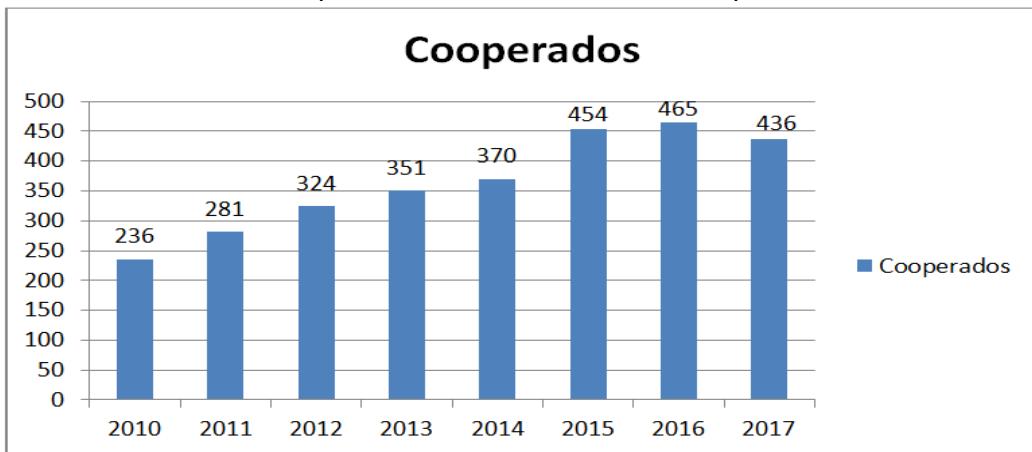
4.1.2 Evolução do quadro social (cooperados) da COOASGO

De acordo com o quórum (total de cooperados) estabelecido na Assembleia Geral Ordinária de 2018, realizado no dia 23 de fevereiro de 2018, a cooperativa tem em seu quadro social 436 (quatrocentos e trinta e seis) cooperados, um crescimento de 1.744% ao comparar ao seu quadro inicial, originado por 25 sócios fundadores.

O quadro social da cooperativa COOASGO nos últimos oito anos está representado a seguir (Gráfico 1). Desde sua fundação no ano de 1993 por meio da iniciativa dos 25 fundadores, o quadro social vem crescendo a cada ano devido ao retorno dos serviços prestados da cooperativa ao seu cooperado, com exceção ao ano de 2017 onde

apresentou uma redução de 29 cooperados referente ao ano anterior (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Número do quadro social da COOASGO no período de 2010 a 2017



A redução de 6,2% no ano de 2017 comparado ao ano de 2016 deve-se a política de organização do quadro social da cooperativa, que se referem à atualização de cadastro e movimentação de serviços dos cooperados com a cooperativa. Ao se desligar da atividade ou não participar das operações da cooperativa por mais de um ano, após notificação da diretoria, ocorre a eliminação dos cooperados do quadro social da cooperativa, conforme a regulamentação de seu Estatuto Social.

4.1.3 COOASGO na visão de seus cooperados

Para analisar a importância da cooperativa COOASGO ao seu quadro social, a segunda questão do questionário (Apêndice A) teve como propósito averiguar a visão dos cooperados a respeito da importância da cooperativa atualmente para eles e os demais sócios.

Diante das respostas enviadas, segue o relato de cinco cooperados:

A atual importância da cooperativa para a grande maioria dos cooperados é muito grande tanto no fomento da suinocultura como também no desenvolvimento econômico da região. (Diretor A da Cooasgo)

Atualmente como produtor rural vinculado à suinocultura, vejo que a COOASGO é fundamental para o desenvolvimento desta atividade dentro da sua região participando ativamente no desenvolvimento da sua comunidade. (Diretor B da Cooasgo)

Segurança na comercialização da nossa matéria-prima que são os suínos, e o desenvolvimento social na cidade e no cooperado como um todo. (Cooperado A)

A Cooasgo possui um papel muito importante pois nos garante a regularidade, principalmente na venda da nossa produção e também os suínos produzidos e terminados pelos associados. (Cooperado B).

A COOASGO para nós é a nossa cooperativa. É o meio pelo qual conseguimos produzir e obter renda. (Cooperado C)

Os relatos reforçam o pensamento de Ferreira (2002), que afirma que a importância do cooperativismo agropecuário tem sido atribuída à inserção econômica dos cooperados junto a mercados concentrados, além de promover renda local e o desenvolvimento do agronegócio da região.

Como negócio, a COOASGO, objetiva dar suporte para a comercialização e a produção de suínos, atendendo a demanda de matrizes, insumos, assistência técnica e armazenamento de grãos.

A COOASGO, como campo de atuação, além do município de São Gabriel do Oeste, atende os municípios de Campo Verde, Itiquira e Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso (MT) e os municípios de Bandeirantes, Bataguassu, Brasilândia, Campo Grande, Camapuã, Coxim, Jaraguari, Rio Verde de Mato Grosso e Rio Negro, no Estado de Mato Grosso do Sul (MS).

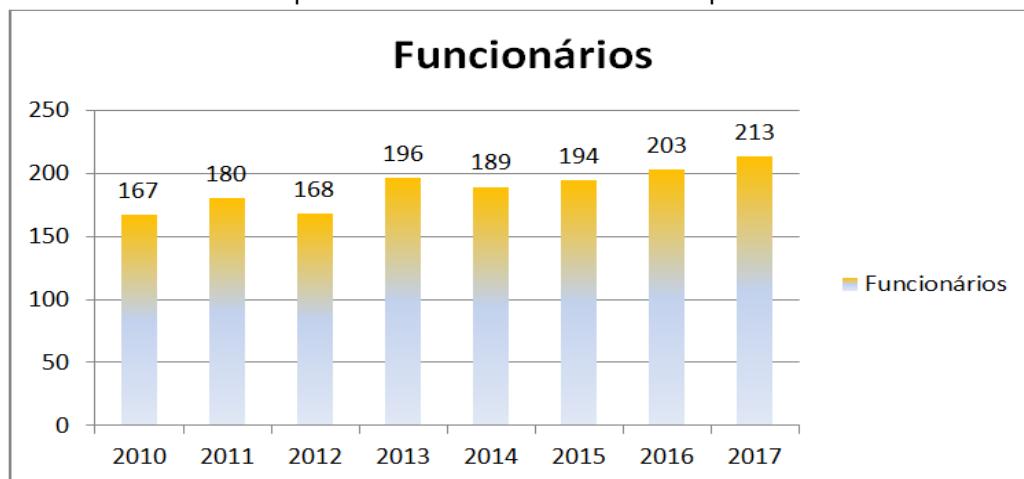
4.2 Ações desenvolvidas pela cooperativa COOASGO

Conforme o histórico da cooperativa, disponível em seu site, (COOASGO, 2018), desde seu inicio até os dias de hoje, a cooperativa vem oferecendo inúmeros empregos diretos e indiretos, contribuindo também com parcela significativa na receita no município de São Gabriel

do Oeste. A força da cooperativa está na união dos produtores, do conselho administrativo, do conselho fiscal, da diretoria e de seus colaboradores, pois diariamente buscam soluções e inovações tecnológicas na redução de custos e no aumento da produção para todos.

Conforme informações da cooperativa COOASGO, até a data da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2018, a cooperativa constava em seu quadro funcional 216 funcionários, com um aumento de três pessoas em relação ao ano de 2017. (Gráfico 2)

Gráfico 2 - Número do quadro funcional da COOASGO no período de 2010 a 2017



A contratação e geração de empregos são marcantes nas cooperativas agropecuárias. O cooperativismo agropecuário é um dos ramos do cooperativismo que mais emprega.

4.2.1 Atividade econômica e comercial da cooperativa COOASGO

Os resultados obtidos referentes às atividades econômicas e comerciais da cooperativa foram gerados por meios de dados secundários, fornecidos pela administração da cooperativa COOASGO. Já quanto aos dados do município de São Gabriel do Oeste, foi feito levantamento por meio de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO) e informações da Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste.

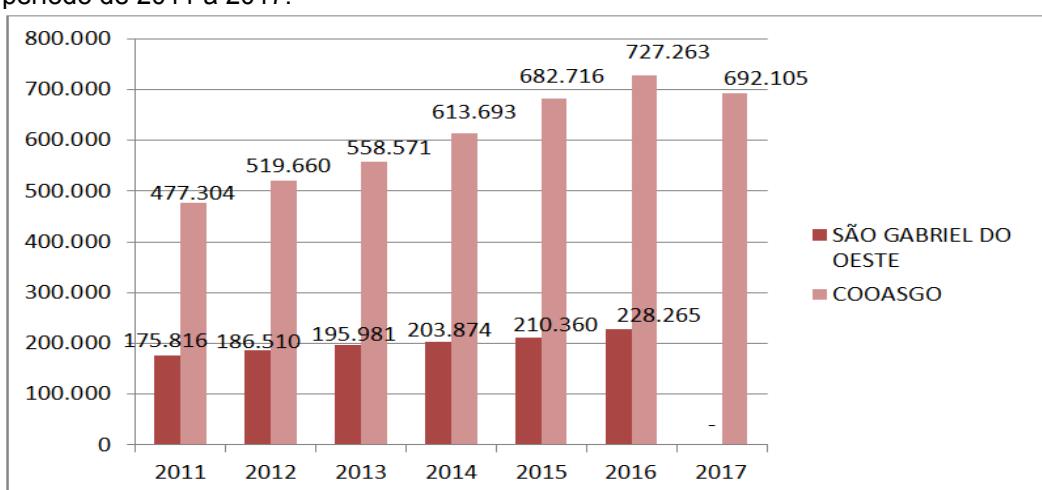
4.2.1.1 Rebanho suíno

O rebanho da COOASGO, referente à produção de suínos, absorve 100% de toda a produção dos suinocultores do município de São Gabriel do Oeste. O restante da produção vem dos municípios de Campo Verde/MT, Itiquira/MT, Rondonópolis/MT, e do Estado de Mato Grosso do Sul, aos municípios de Bandeirantes, Bataguassu, Brasilândia, Campo Grande, Camapuã, Coxim, Jaraguari, Rio Verde de Mato Grosso, Rio Negro, que fazem parte da área de ação da cooperativa.

A atividade tem a maior participação nos negócios da cooperativa. Com a divulgação dos dados na Assembleia Geral Ordinária de 2018, o abate de suínos movimentou 50,43% do faturamento da cooperativa, seguido de 30,17% na comercialização de ração suína e bovina, 9,55% na revenda, 9,39% na comercialização dos cereais (milho e soja), 0,38% na venda de sêmen e 0,07% na atividade bovina por meio do confinamento.

No ano de 2017 foram abatidos 692.105 (seiscentos e noventa e dois mil e cento e cinco) suínos, levando a uma queda na produção de 4,84% comparada ao ano anterior (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Rebanho de suínos por cabeça produzida pelos cooperados e fornecidos a COOASGO, em São Gabriel do Oeste e demais municípios de sua área de ação no período de 2011 a 2017.



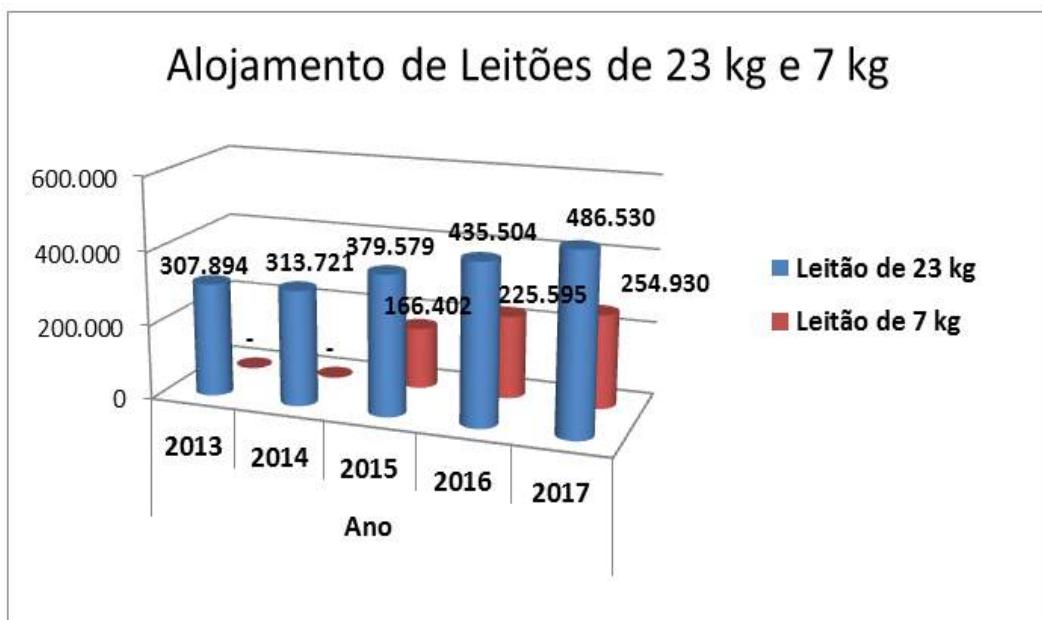
Fonte: Adaptado por Saulo O. M. /2018 com base nas informações: <http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/157/2017/12/S%C3%A3o-Gabriel-do-Oeste-2017.pdf> e Cooperativa COOASGO.

A representatividade da produção de suínos, originários de produtores no município de São Gabriel do Oeste, comparada ao rebanho total de suínos da cooperativa COOASGO são de: 37%, 36%, 35%, 33%, 31% e 31%, respectivamente.

No ano de 2017, a cooperativa tinha um plantel de 28.600 matrizes, com aumento de 0,51% comparado ao ano anterior. O alojamento de leitões de 23 kg teve um total de 486.530 cabeças e o alojamento para leitões de 7 kg com 254.930 cabeças (Gráfico 4), representando um aumento de 11,72% e 13 %, respectivamente, comparado ao ano de 2016.

De acordo com o Gráfico 4, a produção e a capacidade de alojamento de leitões vem aumentando nos últimos anos, reforçando os benefícios que a atividade proporciona ao seu cooperado diante das ações da cooperativa.

Gráfico 4 – Alojamento de leitões no campo de 23 kg e 7 kg da cooperativa COOASGO, 2013 a 2017



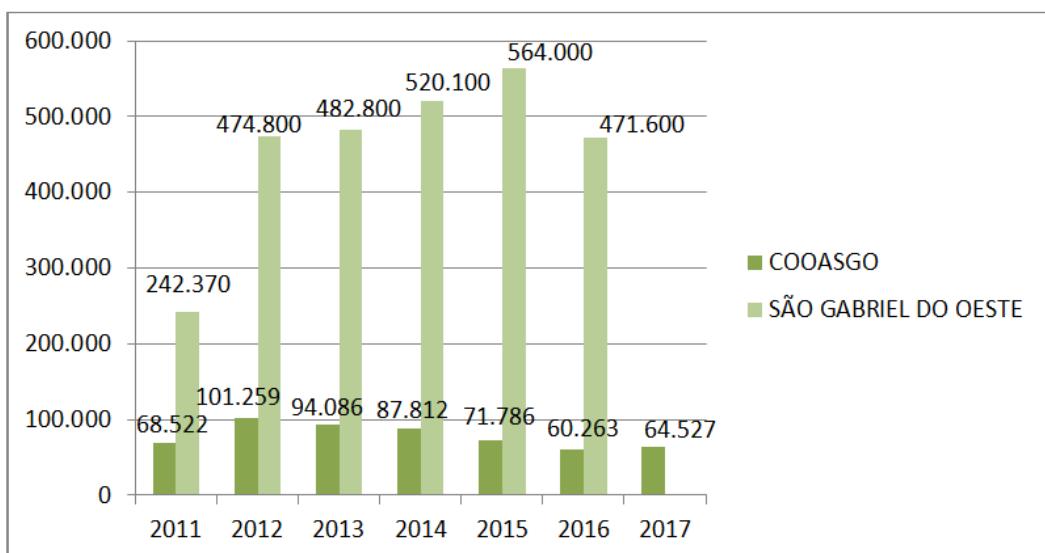
Mas a criação de suínos apresenta uma correlação direta com a produção de milho.

4.2.1.2 Produção de milho

O milho, como principal insumo para a produção de ração, voltada ao consumo da cooperativa COOASGO, foi adquirido no ano de 2017. Na quantia de 1.221.642 sacas (60 kg), correspondente a 73.298 toneladas, sendo 62,24 % da produção de seus cooperados, equivalente a 45.622 toneladas e 37,76% de não cooperados (terceiros) correspondente a produção de 27.676 toneladas.

A produção agrícola em toneladas dos cooperados da COOASGO, referente à produção de milho no período de 2011 a 2017, está representada a seguir, comparado com todo o recebimento de milho do município de São Gabriel do Oeste (Gráfico 5).

Gráfico 5. Produção de milho em toneladas dos cooperados da COOASGO no período de 2011 a 2017



Fonte: Adaptado por Saulo O. M./2018 com base nas informações: <http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/157/2017/12/S%C3%A3o-Gabriel-do-Oeste-2017.pdf> e Cooperativa COOASGO.

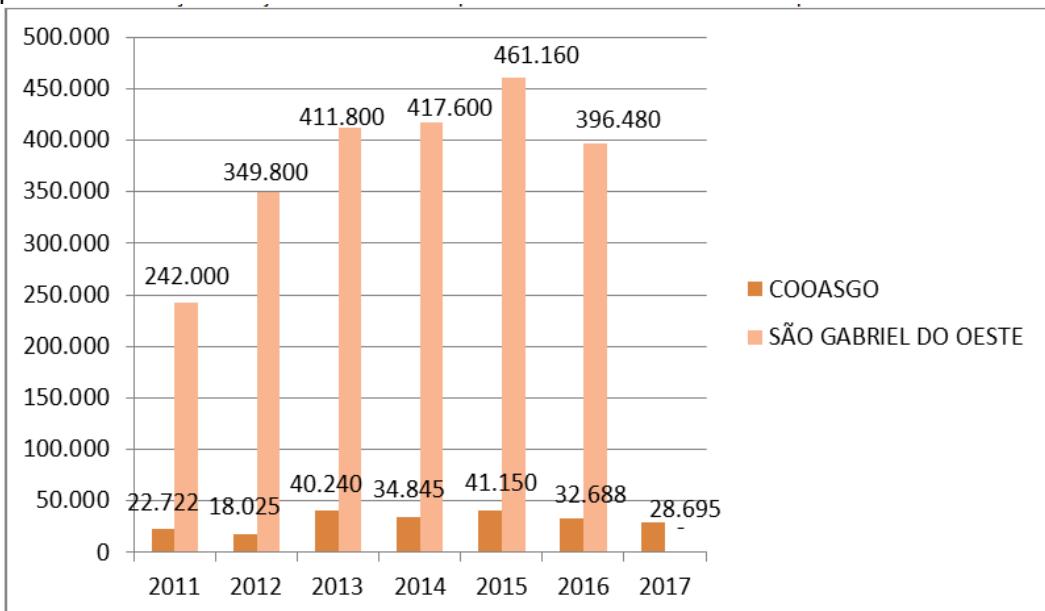
A representatividade da COOASGO comparada ao município de São Gabriel do Oeste, no recebimento do milho conforme os períodos acima analisados são de: 28%, 21%, 19%, 17%, 13% e 13%, respectivamente, entre os anos de 2011 a 2017. No ano de 2017, a cooperativa comercializou a produção de 64.527 toneladas de milho, um aumento na produção de 7,07 % comparada com o ano anterior,

mudando o cenário de queda de produção que vinha ocorrendo desde o ano de 2012.

4.2.1.3 Produção de soja

A produção agrícola em toneladas, dos cooperados da cooperativa COOASGO, referente à produção de soja, no período de 2011 a 2017, está representada a seguir, comparado com todo o recebimento de soja do município de São Gabriel do Oeste (Gráfico 6)

Gráfico 6 - Produção de soja em toneladas dos produtores rurais da COOASGO no período de 2011 a 2017



Fonte: Adaptado por Saulo O. M./2018 com base nas informações: <http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/157/2017/12/S%C3%A3o-Gabriel-do-Oeste-2017.pdf> e Cooperativa COOASGO.

A representatividade da COOASGO, comparada ao município de São Gabriel do Oeste, no recebimento da soja, conforme os períodos acima analisados são de: 9,4%, 5,2%, 9,8%, 8,3%, 8,9% e 8,2%, respectivamente. Até o presente momento, não foi disponibilizado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, via Secretaria do Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura

Familiar – Semagro, as informações de 2017, referentes ao total produzido em São Gabriel do Oeste.

No ano de 2017, a cooperativa comercializou a produção de seus cooperados no total de 28.695 toneladas de soja, uma queda na produção de 12,22% comparada com o ano anterior.

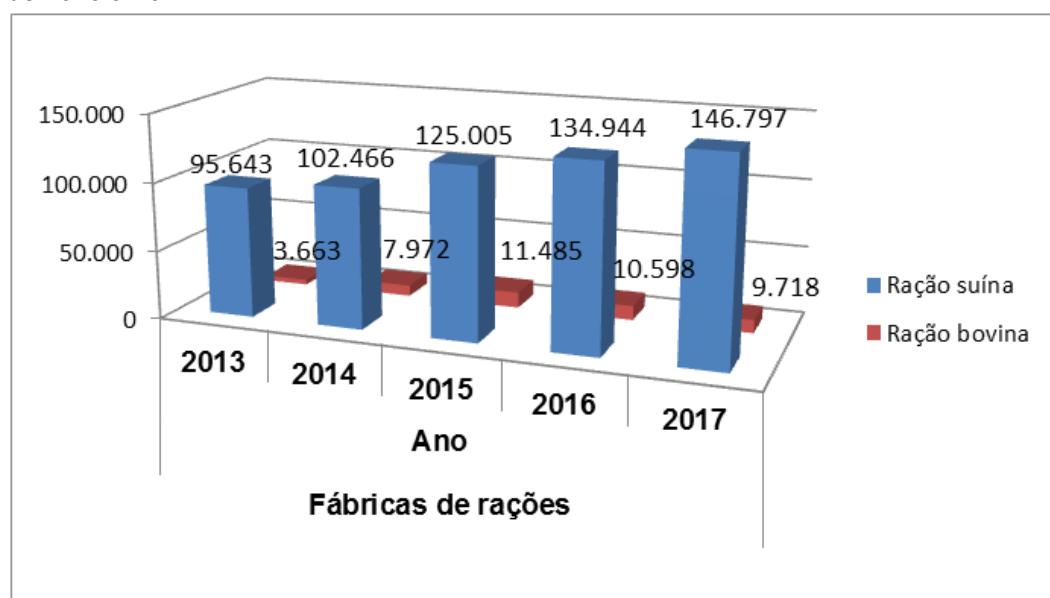
Segundo as informações da cooperativa, na safra 2017/2018, a área plantada pelos cooperados da COOASGO é de aproximadamente 54.000 ha (hectares).

4.2.1.4 Demais atividades

A produção da fábrica de ração, no ano de 2017, teve aumento de 8,8% na produção de ração suína, tendo como base o ano anterior, com a produção total de 146.797 toneladas de ração suína e 9.718 toneladas de ração bovina (Gráfico 7).

A comercialização de ração foi responsável, no ano de 2017, por 30,17 % do faturamento da cooperativa.

Gráfico 7 - Produção de ração suína e bovina em toneladas da COOASGO no período de 2013 a 2017



Assim como a comercialização dos suínos a produção de ração da COOASGO vem tendo frequente aumento nos últimos anos, em especial o ano de 2017, em destaque a ração suína, com aumento de 53 % comparado ao ano de 2013. A ração bovina, porém teve uma redução de 8,3% comparada ao ano anterior, mas comparado ao ano de 2014, como o primeiro ano completo de fabricação do produto, houve um aumento de 21,9% na produção.

A revenda por meio da loja agropecuária, na comercialização de defensivos, fertilizantes e demais produtos gerou um faturamento de R\$ 38 milhões no ano de 2017, representando 9,55% dos negócios da cooperativa, sendo comercializadas na COOASGO 8.111 (oito mil e cento e onze) toneladas de fertilizantes, com aumento de 0,78% comparado ao ano anterior e 205 mil litros de defensivos, com redução de 41% comparado ao ano de 2016.

A comercialização dos cereais representou, em 2017, um faturamento de 9,39 % dos negócios da cooperativa, demonstrados na produção de milho e soja.

Ao buscar atender o melhoramento genético da produção, a comercialização de sêmen movimentou aproximadamente R\$ 1,6 milhões no faturamento da cooperativa no ano de 2017, representando 0,38% do faturamento total, comercializando mais de 107 mil doses.

A atividade de confinamento do rebanho bovino dos cooperados da COOASGO teve início a partir de 2013, com pouca representatividade no faturamento da cooperativa, apenas 0,07% no ano de 2017, alojando 2.856 cabeças.

4.3 Os Princípios Cooperativos: “Educação, formação e informação” e “Interesse pela comunidade”, no Desenvolvimento Local.

4.3.1 Dinamismo da COOASGO por meio da Educação, Formação e Informação

Para observar na prática, o princípio da educação, formação e informação, o questionário (Apêndice A) no que se refere à terceira questão tratou a respeito da participação dos cooperados em cursos e eventos promovidos pela cooperativa? Se sim, quais? Se não, por quê? Entre os oito questionários recebidos para a pesquisa, todos mencionaram que já fizeram pelo menos uma capacitação promovida pela cooperativa.

Estas capacitações quando eram técnicas na maioria das vezes direcionava aos funcionários da COOASGO e quando voltava ao aprendizado sobre o sistema cooperativista, atendia a cooperados, dirigentes, funcionários, além de familiares de cooperados.

Por meio de dados primários obtidos pelo pesquisador nas capacitações e conforme observação participante foi solicitada aos presentes que relatassem pontos positivos e negativos nas ações promovidas pela cooperativa a respeito dos cursos voltados a educação cooperativa. A seguir relato o posicionamento dos participantes que me chamaram a atenção durante as capacitações (Quadro 2). Verifica-se que as práticas educacionais são bem vistas por todos, mas ainda existem limitações a serem superadas, especialmente em relação às práticas.

Quadro 2 - Pontos positivos e negativos nas ações promovidas pela COOASGO a respeito dos cursos de educação cooperativa.

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Sucessão familiar com intuito de garantir a perenidade da organização;	Dificuldade em capacitar um público maior;
Conhecer e se informar melhor sobre a estrutura da cooperativa, direitos e deveres como sócio;	Participação voltada a interesse na premiação e não nos assuntos da cooperativa;
Interesse e aproximação dos jovens e familiares pela cooperativa;	Falta de comprometimento e participação de cooperados e colaboradores nas ações;
Divulgação da marca e adaptação à regulamentação do setor;	Falta de interesse do cooperado;
Treinamento para futuros dirigentes cooperativistas;	Repetição das mesmas pessoas nos órgãos representativos;
Integração de novos colaboradores;	Distorção de informação;
Gerar conhecimento, com mais troca de informações e maior fidelização dos cooperados com a cooperativa;	O conhecimento adquirido não é colocado em prática na cooperativa, com pouca aplicabilidade;
Lideranças mais capacitadas, envolvimento da sociedade com a cooperativa;	Pouco interesse no cooperativismo e mais interesse nos “negócios”;
Visa o aumento dos negócios do cooperado com a cooperativa;	Falta de compreensão nas informações e papel dele na cooperativa;
Compreensão da cooperativa e seu papel na comunidade em que ela está inserida.	Risco de perder o colaborador para os concorrentes no mercado.

De acordo com os relatos dos participantes nos treinamentos, a satisfação do aprendizado, a importância de conhecer mais a forma de organização da cooperativa são pontos positivos em destaque nas capacitações, porém o lado negativo é referente a preocupação com a falta de conhecimento e interesse de outros cooperados nas capacitações e participação na COOASGO.

A educação cooperativa, conforme PINHO (1961, p. 100) “é o princípio rochdaleano que visa tornar mais apto o associado para que ele possa ser membro ativo e eficiente do grupo social”.

Em parceria com o SESCOOP/MS a cooperativa participou nos últimos anos de capacitações voltadas a Educação Cooperativa por meio de cursos de aperfeiçoamento, formação e conhecimento nas diversas áreas do cooperativismo, conforme descrição a seguir (Quadro 3).

Quadro 3 – Capacitações voltadas a Educação Cooperativa ofertada pelo SESCOOP/MS a cooperados e funcionários da COOASGO no ano de 2013 a 2017

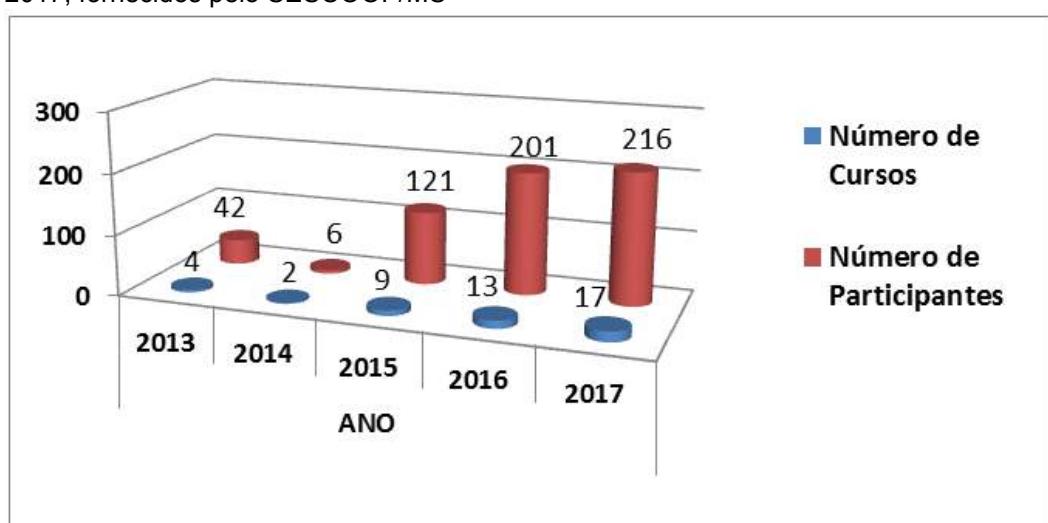
Ano	Evento (carga horária)
2013	Curso de Contabilidade Cooperativa (16h)
	Curso para Conselheiros de Administração (16h)
	Curso para Conselheiros Fiscais (16h)
	Programa de Secretariado de Cooperativas (64h)
2014	Curso de Contabilidade Cooperativa (16h)
	Curso Noções de Contabilidade Cooperativa (16h)
	Curso para Conselheiros Fiscais (16h)
	Formação de Dirigentes e Gerentes de cooperativas - FORMACOOP (168h)
2015	Programa de Desenvolvimento de Líderes Cooperativistas (192h)
	Curso para Conselheiros Fiscais (16h)
	Noções de Contabilidade Cooperativa (16h)
	Formação de Dirigentes e Gerentes de cooperativas - FORMACOOP (168h)
2016	Programa de Desenvolvimento de Líderes Cooperativistas (192h)
	Curso de Contabilidade Cooperativa (16h)
	Curso de Primeiros Socorros (8h)
	Formação de Dirigentes e Gerentes de cooperativas - FORMACOOP (168h)
2017	Programa de Desenvolvimento de Líderes Cooperativistas (192h)
	Programa de Formação de Conselheiros - Ramo Agro (144h)
	MBA em Gestão de Cooperativas (444h)
	Curso de Condução de Assembleia (8h)
	Curso Contabilidade Cooperativa (16h)
	Formação de Dirigentes e Gerentes de cooperativas - FORMACOOP (168h)
	Programa de Formação de Agentes de Desenvolvimento Humano (64h)
	Programa de Formação de Conselheiros de Cooperativas – Ramo Agro (144h)
	Programa de Formação de Presidentes (144h)
	Programa de Desenvolvimento de Líderes Cooperativistas (168h)

Grande parte desses cursos ocorreram na sede do SESCOOP/MS em Campo Grande, sendo oferecidos a todas as cooperativas filiadas ao Sistema OCB/SESCOOP/MS. Conforme se manifestaram os membros da diretoria local, a distância de 140 km até a capital (Campo Grande) tem sido um dos empecilhos à participação dos cooperados e colaboradores nestas capacitações. Em função dessa dificuldade, a diretoria da COOASGO e visando atender a um maior número de cooperados e colaboradores, a cooperativa solicitou ao SESCOOP/MS, no segundo

semestre de 2017, o programa LÍDERES COOPERATIVISTAS³ para ser realizado diretamente no município, com término previsto para junho de 2018.

Além de investir em conhecimentos sobre o cooperativismo, a COOASGO incentiva e promove cursos voltados ao aperfeiçoamento profissional, destinados especificamente aos funcionários. O objetivo é melhorar o atendimento e prestação de serviços aos cooperados da COOASGO. São oferecidos ainda cursos voltados às normas reguladoras, com intuito de atender a legislação trabalhista. Destinam-se aos colaboradores para aperfeiçoar os serviços e evitar qualquer incidente com o trabalhador e problemas a cooperativa. Na opinião do SESCOOP/MS, a cooperativa COOASGO tem sido reconhecida, por procurar envolver cooperados e colaboradores para participar dos cursos ofertados pela organização. Entre 2013 a 2017, como se pode verificar, houve significativo aumento de participantes em cursos de capacitação (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Capacitação aos colaboradores da COOASGO no período de 2013 a 2017, fornecidos pelo SESCOOP/MS



Têm sido diversos os cursos de aperfeiçoamento profissional ofertados a todos os setores da cooperativa, pelos cursos: Excel básico e

³ **PROGRAMA LÍDERES COOPERATIVISTAS** - Este programa foi desenvolvido para atender a demanda que os dirigentes, conselheiros e executivos dos mais diversos segmentos de cooperativas possuem sobre gestão de pessoas e liderança.

avançado, Curso Básico de Comandos Elétricos, Gerenciamento de Unidade Armazenadora, Qualidade no Atendimento e nas Relações Humanas, Secagem e Aeração de Grãos, Análise e Classificação de Grãos, Gestão Financeira, Qualidade no Atendimento, Gestão do Tempo e Produtividade, Primeiros Socorros, entre outros.

Os cursos voltados às normas reguladoras a atividade da cooperativa que atenda a todas as exigências, por meio dos cursos: NR 5 – CIPA, NR10 - Segurança em Instalações e Serviços Elétricos Básico, NR 11 – Operador de Empilhadeira, NR 12 segurança na Operação de Maquinas e Equipamentos, NR 17 – Ergonomia, NR 23 - Brigada de Incêndio, NR 33 – Segurança do Trabalho em Espaço Confinado e NR 35 – Trabalho em Altura.

4.3.2 Dinamismo da COOASGO por meio do interesse pela comunidade

Com base no princípio rochdaleano “Interesse pela comunidade”, Cruzio (2002) menciona que esse princípio faz com que as cooperativas trabalhem para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, por meio de políticas aprovadas pelos seus membros.

Diante da sua essência cooperativista, a COOASGO, desde sua criação, vem desenvolvendo no seu dia a dia a prática dos princípios cooperativos, em destaque neste estudo o princípio “Interesse pela comunidade” em suas ações nos últimos dez anos, como um dos fatores para o desenvolvimento local.

As ações em destaque realizadas pela COOASGO nos últimos anos serviram como base para as últimas três questões do questionário aplicado aos cooperados da cooperativa.

4.3.2.1 Festa do Leitão no Rolete

Nestes últimos 10 anos a cooperativa foi responsável por diversas ações sociais no município e muitas destas ações acabaram gerando retorno financeiro e econômico para a comunidade, como por exemplo, a

festa “LEITÃO NO ROLETE”, que movimenta todo o comércio e rede turística de São Gabriel e região durante os dias da festa. A seguir (Quadro 4) segue o número estimado de pessoas na festa nos últimos anos de acordo com informações da cooperativa.

Quadro 4 - Festa Cultural Leitão no Rolete

ANO	EVENTO	Nº de pessoas envolvidas e beneficiadas com as ações
2008	15ª Festa do Leitão no Rolete	20.000
2009	16ª Festa do Leitão no Rolete	21.000
2010	17ª Festa do Leitão no Rolete	22.000
2011	18ª Festa do Leitão no Rolete	23.000
2012	19ª Festa do Leitão no Rolete	24.000
2013	20ª Festa do Leitão no Rolete	25.000
2014	21ª Festa do Leitão no Rolete	27.000
2015	22ª Festa do Leitão no Rolete	30.000
2016	23ª Festa do Leitão no Rolete	30.000
2017	24ª Festa do Leitão no Rolete	30.000

A história da Festa do Leitão no Rolete se confunde com a da cooperativa, fundada apenas um ano antes da festividade. A festa passou a ser considerada uma das mais importantes do Estado de Mato Grosso do Sul. A realização da festa como evento tradicional da cooperativa foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 25 de março de 1994, conforme a ata (anexo C). De acordo com o ex-presidente e sócio fundador Jair Borgmann (2015),

a festa começou de maneira tímida, apenas como uma confraternização entre os funcionários da COOASGO, que resolveu se reunir pela primeira vez no primeiro ano de cooperativa. Na época assou cinco leitões.

Todos os custos e a organização da festa eram da cooperativa COOASGO. No ano de 2015, pela primeira vez, a festa contou com o aporte financeiro do governo do Estado, que garantiu R\$55 mil para realização do festival. A partir de 2016, a cooperativa passou à iniciativa privada a organização da festa.

A respeito do maior evento cultural hoje do município que é a tradicional Festa do Leitão no Rolete, foi perguntado aos cooperados por meio da 4ª questão do questionário (Apêndice A) como eles avaliam a

festa do “Leitão no Rlete”, desde sua criação até os dias atuais. Verifica-se, por meio da fala das pessoas questionadas, que a iniciativa da festa foi um jantar de confraternização entre os associados, para festejar o sucesso da suinocultura. No entanto, essa celebração foi tomando grandes proporções, passando hoje a ser uma festa do Município.

A iniciativa da festa foi confraternizar os associados com seus funcionários pelo dia 1 de maio (dia do trabalhador), com o sucesso da festa foi transformada em três dias (sexta-feira abertura a noite, sábado almoço e shows e domingo realizado o almoço, shows e encerramento). Outras atividades foram sendo incluída em paralelo, como a FESTEOESTE (festival da canção de São Gabriel do Oeste), uma pequena exposição de produtos relacionados às atividades relacionadas à economia local. A avaliação da festa foi de que se prestou ao propósito de divulgar o município, a COOASGO e a carne suína. Atualmente a festa se transformou em algo que acabou saindo do controle nos encaminhando para sair da sua realização passando para iniciativa privada. (Diretor A da COOASGO)

A festa do Leitão no Rlete, conhecida em primeiro momento como Porco no Rlete, foi trazida para São Gabriel por mim (que também implantei a Suinocultura aqui), pois morava em Coronel Freitas SC e lá possui esta festa, Porco no Rlete, mas era um jantar. Devido o mesmo nome foi trocada e divulgada como Leitão no Rlete. A festa foi criada pela necessidade de divulgar a carne suína e com aceitação muito grande, hoje a festa é conhecida em todo o Brasil. (Cooperado B)

Acredito que com o passar do tempo a festa do leitão acabou perdendo o foco principal, que era de festejar os resultados da suinocultura entre os produtores filiados à COOASGO. Os últimos anos a festa tem sido mais uma no calendário de festas do Estado, não agregando em nada para o setor. (Diretor B da COOASGO)

No começo se reuniram para a devolução do produto: carne suína com alta qualidade de proteína. Assim surgiu essa ideia de promover o “Porco no Rlete” e o sucesso foi tanto que se tornou um evento de tradição no município, onde cooperados e a sociedade em geral participam dessa confraternização. (cooperado A)

Começou com propósito de divulgar a carne suína e depois tomou outras proporções, que fogem do foco inicial, como grandes shows com custos muito altos e muita festa. (Diretor C da COOASGO)

Desde que começamos a participar da festa do “Leitão no Rôlete”, observamos que o número de pessoas visitantes aumentou muito. Porém, a organização hoje já não é mais da COOASGO e não temos conhecimento do retorno financeiro que a festa propiciou nos anos anteriores. No entanto, como forma de divulgação da carne suína, achamos bastante válida. (Cooperado C)

A festa do Leitão no Rôlete no ano de 2011 foi considerada a maior festa gastronômica do Estado de MS, com uma produção e comercialização de 13,5 toneladas de carne suína.

4.3.2.2 Implantação dos Biodigestores

No ano de 2006 a cooperativa deu início à implantação do projeto de construção dos biodigestores, conforme reunião no dia 11 de abril de 1996, ata (Anexo D) de nº 194 do Conselho de Administração da COOASGO, por meio da parceria COOAGO, prefeitura de São Gabriel do Oeste, suinocultores cooperados e a empresa responsável pela implantação AGCERT. Ocorreu a instalação gratuita em 100% das granjas em São Gabriel do Oeste e levou eletricidade para outras comunidades rurais do município por meio da concessionária de energia.

A geração de energia alternativa por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) gerou créditos de carbono. Em 2009 a cooperativa com sua preocupação com o meio ambiente, tornou-se a 1^a cooperativa do país com 100% das propriedades rurais inseridas no MDL.

A poluição do ambiente sempre foi umas das maiores ameaças a sobrevivência e expansão da suinocultura, pois possuía antes do projeto dos biodigestores, grandes quantidades de dejetos em pequenas quantidades de terra, com isso gerando alerta na quantidade de gases que afetam a atmosfera. Outra questão ambiental para a suinocultura em São Gabriel do Oeste é o Aquífero Guarani, uma das maiores reservas hídricas do planeta no qual o município contém em sua área territorial.

Em 2010, pelo 4º ano consecutivo, a cooperativa recebeu o valor de R\$ 133.114,36 (cento e trinta e três mil e cento e quatorze reais e trinta

e seis centavos) referente aos créditos de carbono e fez o repasse proporcional à produção de gás de cada propriedade associada. Com isso, além de estar produzindo de modo ambientalmente correto gerou mais uma fonte de renda para seu associado.

Por meio do projeto dos Biodigestores a COOASGO gerou benefícios ao meio ambiente, como por exemplo: a proteção do aquífero Guarani de qualquer contaminação causada pelo dejeto dos suínos; redução da contaminação da água e transmissão de doenças; redução significativa da poluição do ar devido aos gases que deixaram de ser emitidos; aumento na qualidade do ar; enriquecimento do solo devido à utilização de adubo orgânico; utilização de fontes renováveis de energia e redução dos odores.

A implantação dos biodigestores foi contemplada na quinta questão (Apêndice A), a respeito da importância dos “Gases Biodigestores” para os cooperados e para o município de São Gabriel do Oeste. Nesse aspecto, pode-se observar, por meio de suas falas, que predomina entre eles uma preocupação com a questão ambiental, em relação às suas próprias ações.

A implantação dos Biodigestores é muito importante, pois é utilizado para o aproveitamento dos gases para geração de energia através dos geradores, uso através de motores para distribuição do chorume e contribuindo assim para com o meio ambiente. (Cooperado B)

Foi uma solução encontrada para minimizar os efeitos poluentes da atividade, também sendo viável como gerador de receitas aos produtos desde que consiga produzir energia elétrica. (Diretor A da Cooasgo)

Foi pioneira em mato grosso do sul e foi a solução encontrada para solucionar a questão dos dejetos produzidos pela atividade. Com isso resolvemos a questão ambiental e se tornou uma fonte de renda aos produtores com a venda de créditos de carbono através do Gás produzido pelo biodigestor. Além de ter produtores com grande volume de dejeto aproveitando o Gás metano que produzido pelo Bio, transformando-o em energia renovável com a instalação de Geradores específicos para comportar o gás produzido pelo biodigestor com os dejetos dos suínos. (Cooperado D)

Os biodigestores trouxeram uma ajuda no processo de fermentação do dejeto resultante da criação de suínos,

transformando o produto bruto em biofertilizante e biogás. O biofertilizante tem ajudado em muito a melhorar as condições das áreas de pastoreio, aumentando a capacidade de lotação de bovinos por área de pasto. A produção de biometano possibilita a redução da emissão de gases de efeito estufa, quando devidamente queimados. (Diretor B da Cooasgo)

A suinocultura possui uma atividade poluidora, com a adequação ambiental nas propriedades diminuiu a contaminação do ar, solo, córregos, pois os dejetos não ficam mais expostos. Desde 2010 a cooperativa começou com o incentivo dos biodigestores como forma de proteger o meio ambiente e agregando mais valor ao meio ambiente. (Cooperado A)

Um dos maiores exemplos práticos de desenvolvimento local proporcionado pela cooperativa COOASGO foi à implantação dos biodigestores nas granjas de suínos dos cooperados. Além de preservação ao meio ambiente os biodigestores trouxeram economia aos produtores.

4.3.2.3 Demais ações em prol da comunidade

A preocupação com o meio ambiente por meio de ações de reflorestamento, a COOASGO, é uma das maiores incentivadoras desta prática em São Gabriel do Oeste, possuindo cerca de 100 hectares tomados por Eucaliptos, sendo aproximadamente 70 hectares localizados na UPL I (Figura 8) e 30 hectares no Crechário - UPL III (Figura 9).

Figura 8 – Reflorestamento na unidade UPL I.



Foto de COOASGO, 2017, adaptado por Saulo O. M./2018.

Figura 9 – Reflorestamento na unidade UPL III.



Foto de COOASGO, 2017, adaptado por Saulo O. M./2018.

Além das ações ambientais, a cooperativa promoveu e participou de projetos, que além dos cooperados, abrange a comunidade de São Gabriel do Oeste, como por exemplo: (1) Programa COOPERJOVEM, participando como Cooperativa “Madrinha” na Escola Municipal “Pingo de Gente”, desde o ano de 2007; (2) Projeto municipal PROERD - “Nossas crianças longe das drogas”, no período de 2007 a 2010; (3) Projetos vinculados ao esporte, como por exemplo, o projeto “Guri bom de bola, bom na Escola” patrocinando atletas e estudantes de São Gabriel do Oeste.

Desde o ano de 2008 até 2017, para atender a legislação trabalhista e a preocupação com a segurança e o bem estar dos funcionários, a COOASGO tem promovido palestras anuais na Semana Interna de Prevenção de Acidente do Trabalho (SIPAT). O objetivo se estende à conscientização e prevenção na saúde e para bem-estar dos funcionários. Esses cursos, por exemplo, têm-se estendido às pessoas da comunidade.

Quando feita a questão aos cooperados sobre “a importância da COOASGO para o desenvolvimento do município”, pôde-se observar que eles valorizam em particular, a produção, a geração de emprego e renda.

A COOASGO tem fundamental importância para com o município, pois ela proporciona centenas de empregos, direto e indiretamente. Alavancou a agricultura, principalmente a produção do milho safrinha, que até então não era cultivado, com isso houve a diversificação,

beneficiando consideravelmente a plantação da soja pela rotação da cultura. (Cooperado B)

Muito grande, desde a sua fundação até os dias de hoje a movimentação econômica gerada pela COOASGO tem sido fundamental para o município de SÃO GABRIEL DO OESTE como também para aos municípios limítrofes. (Diretor A da COOASGO)

Contribui na parte social, gerando emprego e renda, onde quase 50% da arrecadação do município se faz saber pela COOASGO e pelo frigorífico Aurora. (Cooperado A)

A COOASGO tem papel fundamental para o desenvolvimento do município de São Gabriel do Oeste, servindo de balizador em vários setores na qual atua. Somos referência para empresas locais no que diz respeito a folha salarial, normas de segurança, balizador de preços no comércio local entre outras tantas. Somos a grande fornecedora de matéria prima para a maior empresa do município, isto nos deixa num papel de suma importância para a cadeia produtiva local, pois não poderemos dar passo em falso, pois isto poderia prejudicar toda a economia local. (Diretor B da Cooasgo)

A COOASGO representa 40% do rendimento do município, esse dado nos foi passado pelo ex-prefeito Rolin. Mas, para nós, não só a COOASGO, como também a AURORA é muito importante para o município, pois representam um sistema contínuo de rendimento e emprego. (Cooperado C)

A cooperativa COOASGO vem realizando, diante dos princípios cooperativos, benefícios e investimentos aos seus cooperados e colaboradores desde sua fundação e, consequentemente, beneficiando de forma direta e indireta a população do município de São Gabriel do Oeste.

A atividade agrícola, seja a produção de grãos, como soja e milho, a criação de suínos por meio da cooperativa COOASGO e na indústria por meio do frigorífico da cooperativa AURORA ainda exerce grande importância na vida econômica do Município. Mais recentemente, verifica-se que esse dinamismo vem atingindo uma escala regional.

Pode concluir que a COOASGO ainda reforça a vocação do município na agricultura. Foi criada por este motivo a cidade. A cooperativa auxilia na busca por alternativas para o desenvolvimento mais rentável desta atividade.

Assim, de fato, em uma cidade pequena, a cooperativa é o exemplo vivo de que uma organização pode empregar e dinamizar a economia. É a prática do interesse pela comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos na pesquisa confirmam a hipótese de que o protagonismo cooperativo dos produtores agrícolas em São Gabriel do Oeste, na construção e condução da COOASGO, vem tendo desdobramentos significativos no desenvolvimento sustentável do Município e que tende a atingir a região. Esses desdobramentos tem-se feito sentir, não só sobre o dinamismo da economia, como também na melhoria do bem estar social dos cooperados e do ambiente local.

Ficou comprovado que as ações desenvolvidas pela cooperativa têm contribuído, sobretudo, para o dinamismo e os processos de inovação na produção, organização e comercialização dos produtos. Essas ações, por seu turno, apresentam reflexos na expansão de outros setores urbanos, implicando em melhoria de renda dos cooperados e, em grande parte daqueles que com ela se relacionam. A cooperação gerada entre os sócios, ao longo dos últimos vinte e cinco anos, foi capaz de proporcionar aumento de empregos diretos e indiretos no município. O aumento do IDH, capaz de trazer o município para o terceiro lugar no estado, constitui-se em um dos bons indicadores desses resultados.

Além disso, como ainda foi possível constatar, por meio de vários exemplos, a cooperativa também tem contribuído com a melhoria das condições sociais e ambientais de São Gabriel do Oeste. Nesse limiar, pode-se verificar o entrelaçamento entre os princípios cooperativos da “educação, formação e informação” e o do “interesse pela comunidade” com aqueles do desenvolvimento local.

De todo modo, evidencia-se a importância das cooperativas aprenderem a avançar na gestão da solidariedade interna e com outras cooperativas, para seu próprio entorno. Nesse aspecto, São Gabriel do Oeste já exibe um ambiente muito favorável ao cooperativismo. Mas, mesmo que esse dinamismo tenda a avançar para os municípios vizinhos, o movimento cooperativo, como se pôde observar, ainda enfrenta limitações. Algumas delas são de natureza individual, pois nem todos os indivíduos ainda conseguem igualmente se conscientizar ou aprender suficientemente, para colocar em prática os princípios aprendidos. Nem

todos os cooperados, por diversas razões, estão devidamente engajados, como o pretendido.

Desse modo, a cooperativa se vê diante da necessidade constante de aprofundar as ações de educação, formação e informação, inclusive, atingindo a faixa jovem e a própria comunidade de entorno.

Outras limitações estão ligadas a barreiras relacionadas com o próprio processo de produção e comercialização, inclusive para práticas mais sustentáveis, sejam em recursos, em infraestrutura, que afetam a organização. Para isso se faz necessários políticas públicas de apoio. A “Responsabilidade Social” é algo que surge justamente pela incapacidade do Estado. Enfim, existem muitas oportunidades e ainda muitos desafios em relação aos avanços do cooperativismo em São Gabriel do Oeste.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). *Mensagem da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) para o Dia Internacional das Cooperativas 2017.* Disponível em <http://www.portalocplp.org/noticias/mensagem-da-alianca-cooperativa-internacional-aci-para-o-dia-internacional-das-cooperativas-2017>. Acessado em 17 de abril de 2018.

ÁVILA, Vicente Fideles de. ***Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local.*** Sobral: UVA, 2005.

ÁVILA, Vicente Fideles de. ***Realimentando a discussão sobre desenvolvimento local.*** In: *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 8, N. 13, p. 133-140, Set. 2006.

ÁVILA, Vicente Fideles de. ***Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local.*** In: *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Vol. 1, N. 1, p. 63-76, Set. 2000.

BAVA, Silvio Caccia. ***Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social?*** Perspectiva, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 53-59, 1996.

BALLESTERO, Enrique. ***Teoria econômica de las cooperativas.*** Madrid: Alianza, 1983.

BARBOSA, M. R. S. ***São Gabriel do Oeste: condicionantes territoriais de um meio dinâmico em Mato Grosso do Sul.*** 2002. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS, 2002.

BARQUERO, Antonio Vazques. ***Desenvolvimento local: uma estratégia para o novo milênio.*** In: *Revista de Estudios Cooperativo* (68), 1999. p.15-23.

BENETTI, Maria Domingues. ***O agronegócio gaúcho entre os anos 1980 e 2008.*** In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C.; GRANDO, Marines Zandavali; TERUCHKIN, Sônia Unikowsky; FARIA, Luiz Augusto Estrella (Org.). O movimento da produção. Porto Alegre: FEE, 2010.

BIALOSKORSKI NETO, S. ***Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico.*** In: BRAGA, M.J. e REIS, B.S. (orgs.). *Agronegócio Cooperativo: reestruturação e estratégias*. Viçosa: UFV, DER, 2002. 305p. il.

BIALOSKORSKI, Neto S.. ***Aspectos Econômicos das Cooperativas.*** Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BOISIER, Sergio. *¿Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica?*. In A través de las fronteras. Claudia Rusconi. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. Versão atualizada em 2002.

BRASIL. Decreto n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22239.htm. Acessado em 24 de maio de 2018.

BRASIL. Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acessado em 24 de maio de 2018.

BURBANO, Arizaldo Carvajal. *Desarollo Local: Manual Básico para Agentes de Desarrollo Local y otros actores*. eumed.net –Málaga, España, 2011.

CANÇADO, A. C.; GONTIJO, M. C. H. *Princípios Cooperativistas: origens, evolução e influência na legislação brasileira*. In ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINO-AMERICANO DE COOPERATIVISMO, São Leopoldo, 2004. *Anais...*, São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

CANÇADO, A. C. *Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular*. XXIX EnANPAD *Anais...* Brasília: ANPAD, 2005.

CARRADORE, E. A. *Sociedades cooperativas e impostos sobre a renda*. Florianópolis: OAB/SC, 2005.

COOASGO, *Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste. Quem somos*. Disponível em: < <http://www.cooasgo.com.br/acooperativa> > Acesso em: 15 mar. 2018.

CRÚZIO, H. *Como organizar e administrar uma cooperativa*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

DUMOND, V.R.S. *A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos*. I ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO (EBPC), Brasília, 2010.

FERREIRA, M.A.M. *Fatores internos associados à decisão de diversificação nas cooperativas agropecuárias*. 2002. 88 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa - UFV, Viçosa, MG, 2002.

FRANKE, Walmor. *Influência Rochdaleana na legislação cooperativista brasileira e problemas atuais*. Porto Alegre, ed. Sergio Antonio Fbaris, 1988.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí, Ed. Unijuí, 2012. – 162 p.

GAWLAK, Albino. **Cooperativismo: primeiras lições**. Brasília: Sescoop, 2004.

GAWLAK, A.; RATZKE, F.A. **Cooperativismo: filosofia de vida para um mundo melhor**. Curitiba: Sescoop/PR – Ocepar, 2001.

GIDE, Charles. **El cooperativismo**. Buenos Aires: INTERCOOP-48, 1974, 261 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **População estimada 2017 – Estado de Mato Grosso do Sul, Município de São Gabriel do Oeste**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/sao-gabriel-do-oeste/panorama>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

IRION, J.E. **Cooperativismo e Economia Social**. São Paulo: STS, 1997.

LAMBERT, Paul. **La doctrina cooperativa**. Buenos Aires: INTERCOOP, 1975. 354 p.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais**. São Paulo: UNESP, Tese de doutorado, 2000. 421 p.

LINS, Hoyedo Nunes. **A reestruturação da economia mundial e o projeto neoliberal para o Brasil**. In Revista Análise Econômica, n. 18 vol.11, março de 1993. P.154-171.

LLORENZ, Albuquerque Francisco. **Caminhos e desafios para a construção de uma agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

LUIZ FILHO, F. **Teoria e prática das sociedades cooperativas**. 5 edição. Rio de Janeiro: Pongetti, 1961.

MARQUES, Heitor Romero [et.al.]. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 4. ed. rev. e atual. – Campo Grande/MS: UCDB, 2014. 136 p.

MATO GROSSO DO SUL. Lei n.º 3.781, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: http://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-3781-2009-ms_138278.html. Acessado em 24 de maio de 2018.

MEINEN, Enio & PORT, Márcio. **Cooperativismo Financeiro, percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília/DF: Editora Confebras, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. **Ramo agropecuário.** Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/ramo-agropecuario>> Acesso em: 15 mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. **História do Cooperativismo.** Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>> Acesso em: 15 mar. 2018.

Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. **Cooperativismo Sul-Mato-Grossense.** Brasília: OCB, 1990.

Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado de MS – OCB/MS. **Cooperativas filiadas, ramo agropecuário.** Disponível em: <<http://www.ocbms.org.br/filiadas/agropecuaria/1/>> Acesso em 15 mar. 2018.

PERIUS, Vergílio. **União que gera oportunidades e desenvolvimento.** SARGS Notícias, Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, ano VI, n. 12, p. 8-10, jan./fev./mar. 2012.

PINHO, D. B. **Dicionário de cooperativismo.** São Paulo: D. Garcia, 1961.

PINHO, D. B. **Que é cooperativismo.** São Paulo, S. A., 1966.

PINHO, Diva Benites. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo Brasileiro.** CDD 18. São Paulo: CNPq, 1982.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000. 190p.

REIS JÚNIOR, Nilson. **Aspectos Societários das Cooperativas.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

REISDORFER, Vitor Kochhann. **Introdução ao cooperativismo.** Santa Maria : UFSM/ Colégio Politécnico/ Rede e-Tec Brasil, 2014.

RODRIGUES, Roberto. **Cooperativismo: democracia e paz: surfando a segunda onda.** São Paulo: [s.n.], 2008. 516 p.

SALANEK Filho, Pedro. **Capital social e cooperativismo agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local: uma avaliação da região de atuação da cooperativa Copacol.** Curitiba: UNIFAE, dissertação de mestrado em Organizações e Desenvolvimento, 2007.

SANTOS, Dirceu de Souza. **São Gabriel do Oeste – 30 Anos: a prova que o esforço e o trabalho transformam uma região.** São Gabriel do Oeste, MS: Gibim Gráfica e Editora Ltda, 2010, 175p.

SEBRAE/MS. *São Gabriel do Oeste*. In Desenvolvimento Territorial Econômico-Mato Grosso do Sul (livreto). Campo Grande. 41 p. Disponível em https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/Livreto_S%C3%A3o%20Gabriel%20do%20Oeste.pdf. Acessado em 29 de abril de 2018.

SEMAGRO, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar. *Dados São Gabriel do Oeste* – MS. Disponível em: <<http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/157/2017/12/S%C3%A3o-Gabriel-do-Oeste-2017.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2018.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002, 130p.

SCHNEIDER, J. O. *Democracia, participação e autonomia cooperativa* 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999, 496 p.

TORRE, André. *Comprendre le développement territorial*. In Mondes Sociaux. Disponível em: <http://sms.hypotheses.org/6456#more-6456> Acessado em 4 de maio de 2018.

APÊNDICE A – Modelo de roteiro utilizado na entrevista aos cooperados da COOASGO.



Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local

QUESTIONARIO

Nome:

Data de Adesão na COOASGO:

Atuação na cooperativa: () Cooperado () Diretoria () Conselho Fiscal

1) Quais foram os motivos que levaram a criação da cooperativa COOASGO?

2) Qual a importância da cooperativa COOASGO atualmente para você e demais cooperados?

3) Participa dos cursos e eventos promovidos pela cooperativa? Se sim, quais? Se não, por quê?

4) Como você avalia a festa do “Leitão no Rolete”, desde sua criação até os dias atuais?

5) Qual a importância dos “Gases Biogestores” para os cooperados e para o município de São Gabriel do Oeste?

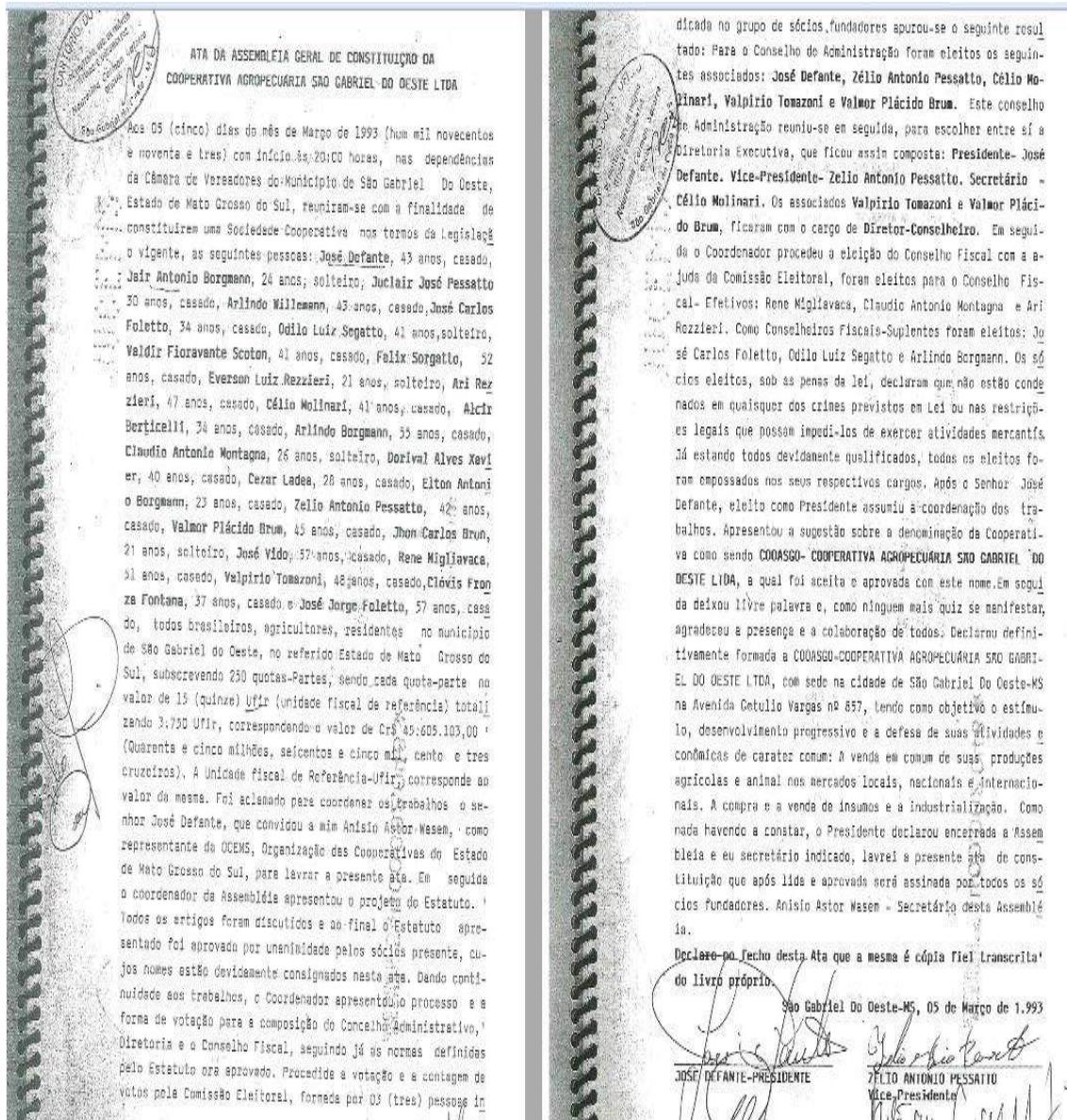
6) Qual a importância da COOASGO para o desenvolvimento do município?

Pesquisa: COOASGO – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA SÃO GABRIEL DO OESTE: PRÁTICAS COOPERATIVAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Mestrando: Saulo Oliveira Meneguete.

Orientadora: Cleonice Alexandre Le Bondeguy

ANEXO A – Ata da Assembleia de Constituição da COOASGO –
05/03/1993



ANEXO B – Ata da AGO da COOASGO – Filiação a cooperativa Central -
AURORA ALIMENTOS - 23/02/1996

a votação por aclamação, que foi aprovado por unanimidade. Assim o Presidente declarou eleitos e empossados para o mandato 1.996 os senhores: Cláudio Biazus, John Carlos Bjum e Romano Rauter para Membros efetivos e Dourival Alves Xavier, René Migliavacca e Débora Bedim para membros suplentes. A seguir o Presidente abordou em pauta o item quinto do Edital de Convocação: Remuneração dos Conselheiros eleitos, e diante do renunciamento do Presidente Celio Molinari em nome do Conselho de Administração e representando o Conselho Fiscal eleito, ex-Cláudio Biazus, que ex mesmo dispensam a Remuneração durante o mandato que foi aprovado por unanimidade. A seguir o Presidente para o item quinto do Edital de Convocação: Autorização para filiação junto a Cooperativa Central Oeste, Tatuá, Minas Gerais explicando que a mesma adquiriu o Fazenda e em breve esta na abertura suas instalações, e que a sua intenção é de adquirir todos os imóveis para lá ir através desta Cooperativa, sendo votado em votação a Autorização para filiação, foi aprovada por unanimidade. A seguir o Presidente abordou a palavra livre, não tendo registrado nenhum renunciamento, e nisto, mais tarde a tratar, parabenizou os membros do Conselho Fiscal eleitos, e agradeceu a todos. O Presidente fez o relatório do plenário que indicasse dez associados para ratificar esta Assembleia, quando então foram indicados os senhores: Celio Pessatto, José Deante, José Vito, Aylindo Willmann, John Carlos Bjum, Vilmar Lacerda Bjum, Débora Bedim e Dourival Alves Xavier. Assim, o Presidente deu por encerrada a Assembleia. Faz para constar, eu Aylindo Willmann, tive a presente ata que vai assinada por mim, pelos membros do Conselho de Administração, pelos dez associados indicados e por quantos associados quiserem.

Paulo Gabriel do Oeste - M.G., 23 de fevereiro de 1996.

epo em vigor, não havendo portanto necessidade de votação do item II referente a Distinção do Resultado de Exercício. O Smt. Lacerda explicou também que não havia necessidade de votação do item III referente a Capitalização da Poupança Monetária do Capital realizada, uma vez que não houve nenhuma integralização de capital deste exercício. Em seguida o Sr. Presidente convidou o Presidente do Conselho Fiscal para joga a sorte do parecer do Conselho Fiscal, o qual opinou a aprovação da contas do exercício. Em seguida o Sr. Presidente submeteu a Assembleia que também aprovou por unanimidade os valores apresentados no balanço. Foi dada continuidade ao item IV e Sr. Presidente passou a discutir os planos de atividade para o Exercício de 1994, que é o pagamento do reajuste, liquidação do crédito junto a Sadia e Iposures, integralização do capital social inicial para atender a cooperativa e os cooperados, a implantação já feita que deverá ser tradicional da fábrica no Rôlete todo primeiro semestre de cada ano, instalação de telefonia rural, inclusão do Estado de Mato Grosso do Sul na área I, programa "dólar Duro", abertura de mercado para comercialização dos produtos da cooperativa, e também compras para repasse aos cooperados. Aquisição de um terreno de 10 ha, no parque industrial, para sede da cooperativa. Em seguida passou a discussão do item V. III referente a eleição do Conselho Fiscal, como foi apresentado "Chapa Única", o Sr. Presidente colocou a mesma em votação sendo aprovado por unanimidade, chapa está composta pelos seguintes associados: membro suplente, Cláudio Braga (presidente), Emerson Rizzieri (secretário), Alírio Willemann (vicesecretário) e suplentes: Odilon Alves Tavares, Romeu Miglioracca e Cláudio Braga. Em seguida o Sr. Presidente passou a

ANEXO D – Ata 194 – Conselho de Administração – Implantação dos Biodigestores – 11/04/2006

firma, deu um desconto de 4%. Prosseguindo a reunião, foi apresentado os (dois) orçamentos para a ampliação da Moerá que recebe sorgo pois temos que ampliá-la 1- PROJESUL : R\$ 97.300,00; 2- CONCREESTE : R\$ 68.000,00. A CONCREESTE foi a firma vencedora da licitação, pois apresentou menor preço. A seguir foi comentado pelo Sr. Jair a parceria: Pequenos Produtores/Suinocultores x AGCERT x Prefeitura x Coopasgo. Foi dito que a Prefeitura entra com as escavações e máquinas, a Coopasgo com máquinas, a AGCERT com as lamas e os pequenos suinocultores com o óleo diesel na construção dos Biodigestores. Dando continuidade foi proposta pelo Sr. Scottan e aprovada pelas demais membros da Diretoria que só será recebido milho ou outro produto faro do período de safra com inspeção de qualidade. Foi dito que teremos que investir em classificação desses produtos, por isso temos que enviar um funcionário para fazer um curso de Amostragem e Classificação. Também ficou decidido que não será mais aceito a transferência de milho de outros Armazéns para a Coopasgo. O último assunto tratado na presente reunião foi a Pavimentação Asfáltica do pátio da Coopasgo. Feito um levantamento pelo Sr. Baldvina: Projeto do DNIT custará R\$ 8.000,00, O Topógrafo custará R\$ 2.700,00 e o Auxiliar R\$ 2.000,00. Após a medição da área, o topógrafo nos passará o Orçamento do Material necessário. Nada mais havendo, eu, Célia Fontana encerro a presente Ata que sou trado e posta em votação. Célia Fontana

Ata 195